



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GABRIELA DUTRA CANDIDO DA SILVA

**O DISPOSITIVO DE MATERNIDADE E RAÇA: MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E
RESISTÊNCIA**

ORIENTADORA: MARIANA FERREIRA POMBO

RIO DE JANEIRO

2025

GABRIELA DUTRA CANDIDO DA SILVA

**O DISPOSITIVO DE MATERNIDADE E RAÇA: MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E
RESISTÊNCIA**

Dissertação apresentada à banca examinadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia. Orientadora:
Dra. Mariana Ferreira Pombo

Seropédica - RJ

2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586d Silva, Gabriela Dutra Candido da, 21/01/1997-
O DISPOSITIVO DE MATERNIDADE E RAÇA: MODOS DE
SUBJETIVAÇÃO E RESISTÊNCIA / Gabriela Dutra Candido
da Silva. - Rio de Janeiro, 2025.
64 f.

Orientadora: Mariana Ferreira Pombo.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Pós-Graduação em Psicologia, 2025.

1. GÊNERO E MATERNIDADE: MODOS DE SUBJETIVAÇÃO.
2. RAÇA, MATERNIDADE E OPRESSÃO. 3. MODOS DE
RESISTÊNCIA. I. Pombo, Mariana Ferreira, 28/10/1985-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Pós-Graduação em Psicologia III. Título.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GABRIELA DUTRA CANDIDO DA SILVA

Dissertação/Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia**, no Curso de Pós-Graduação em Psicologia, área de Concentração em **Clínica, Saúde, Educação na Contemporaneidade**.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 11/07/2025

Documento assinado digitalmente
 **MARIANA FERREIRA POMBO**
Data: 08/09/2025 13:49:58-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura

Prof. Dra. Mariana Ferreira Pombo – Orientadora -
UFRJ

Documento assinado digitalmente
 **AURELIANO LOPES DA SILVA JUNIOR**
Data: 05/09/2025 08:26:07-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura

Prof. Dr. Aureliano Lopes da Silva Junior – Examinador
interno - UFRJ

Documento assinado digitalmente
 **LUCIANO DE SOUZA DIAS**
Data: 05/09/2025 13:51:25-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura

Prof. Dr. Luciano de Souza Dias – Examinador externo –
EBEP-Rio

SILVA, Gabriela Dutra Candido. O Dispositivo De Maternidade e Raça: Modos De Subjetivação e Resistência. Dissertação (mestrado em psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Banca examinadora:

Aureliano Lopes da Silva Junior - UFRRJ

Luciano de Souza Dias - EBEP - RIO

Mariana Ferreira Pombo - UFRRJ

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em realizar uma revisão bibliográfica sobre os impactos e efeitos do dispositivo de maternidade em mães em contextos de vulnerabilidade. Essa realidade, frequentemente marcada pela ausência da figura paterna, impõe desafios significativos, como a sobrecarga emocional, dificuldades financeiras, estigmas sociais e prejuízos à saúde mental. Esses impactos se intensificam quando o debate incorpora o recorte racial, evidenciando a herança escravocrata que contribui para a desumanização da maternidade de mulheres negras, tornando-se urgente reconhecer a importância do apoio social e da implementação de políticas públicas eficazes que possam mitigar os efeitos dessas múltiplas vulnerabilidades. E por fim, destacar a resistência das mães negras, que, mesmo diante do luto e da exclusão social, transformam sua dor em mobilização política e luta por reconhecimento e justiça.

Palavras-chave: Maternidade; Vulnerabilidades; Gênero; Raça e Resistência.

ABSTRACT

This study aims to conduct a comprehensive literature review on the psychosocial impacts of motherhood in contexts of vulnerability. Frequently characterized by the absence of paternal involvement, this condition imposes significant challenges, including emotional overload, financial hardship, social stigma, and adverse effects on mental health. These issues are further exacerbated when examined through a racial lens, particularly in light of the enduring legacy of slavery that contributes to the systemic dehumanization of Black motherhood. In this regard, the study underscores the urgent need for strengthened social support networks and the implementation of effective public policies to mitigate the multifaceted vulnerabilities. Finally, the study seeks to highlight the resistance of Black mothers who, even in the face of grief and social exclusion, transform their pain into political mobilization and the struggle for recognition and justice.

Keywords: Motherhood; Vulnerability; Gender; race and resistance.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 1 CAPÍTULO 1 - GÊNERO E MATERNIDADE: MODOS DE SUBJETIVAÇÃO..... | 11 |
| 1.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DIFERENÇA SEXUAL E DA MATERNIDADE..... | 11 |
| 1.2 DISPOSITIVO DE MATERNIDADE E OS EFEITOS SOBRE A MULHER..... | 16 |
| 1.3 MATERNIDADE E PATERNIDADE..... | 19 |
| 1.4 MÃES QUE ROMPEM COM A MATERNIDADE NORMATIVA..... | 23 |
| 1.5 MÃES SOLO..... | 24 |
| 1.6 MÃES “TRANSGRESSORAS” | 28 |
| 2 CAPÍTULO 2 - RAÇA, MATERNIDADE E OPRESSÃO..... | 32 |
| 2.1 OS CORPOS E A SAÚDE DAS MÃES NEGRAS..... | 36 |
| 2.2 VIOLÊNCIA DE ESTADO: PERDA E LUTO DAS MÃES PRETAS..... | 40 |
| 3 CAPÍTULO 3 - MODOS DE RESISTÊNCIA..... | 44 |
| 3.1 TESTEMUNHO: NOVAS DENÚNCIAS E LUTOS POSSÍVEIS..... | 46 |
| 3.2 DIREITOS NOS CAMPOS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE..... | 49 |
| 3.3 IRMANDADES E NARRATIVAS FEMININAS NEGRAS..... | 52 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 58 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 60 |

INTRODUÇÃO

A nova conduta social pós-moderna é sinalizada, paulatinamente, pelos processos de desenvolvimento e crescimento urbano, somado às novas tecnologias e avanços científicos e intelectuais (Sorj, 2019). Nesse contexto, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, o aumento do espaço ocupado pelas mulheres nas universidades e a diminuição da quantidade de filhos por casal são algumas das marcas relevantes da constituição da família na contemporaneidade (Nunes, 2008).

Em termos de política, a socióloga Bila Sorj (2019), descreve uma crescente transformação nas últimas duas décadas nos estudos feministas e em suas considerações sobre a vida social apoiada na perspectiva da mulher. A pauta de direitos hoje remete à história passada e à demora do feminismo brasileiro em adentrar nas questões voltadas para o controle reprodutivo feminino, devido à inviabilidade nos anos 1970 da conjuntura militar e das bases fortes da religião sobre a sociedade; e foi apenas no final dos anos de 1970 que essa temática surgiu com forte significado para as mulheres (Ávila, 2019; Holanda, 2019).

Quando se trata de pontos como o aborto e a sexualidade, estes passavam a ser temáticas discutidas pelo feminismo e levantadas como lutas somente a partir dos anos 1980, na ocasião da declaração de anistia política, quando retornaram algumas mulheres brasileiras que estavam presas no exterior. Nesse cenário de mudanças na agenda dos direitos políticos, as mulheres passaram a debater mais sobre seus próprios corpos sexualidade, direitos reprodutivos e aborto.

A Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher, primeira conferência nacional desse tipo, em 1986, foi um momento de encontro das mulheres com as representações do Estado (Ávila, 2019; Holanda, 2019).

De acordo com Silvia Nunes (2008), surgiram na atualidade novos mecanismos de regulação e controle do corpo feminino, que substituíram práticas anteriormente utilizadas, refletindo as transformações sociais e culturais da contemporaneidade. Isso se dá pelo fato de as mulheres ocuparem cada vez mais espaços, antes limitados aos homens – conquista proveniente, principalmente, das lutas das mesmas por direitos, lutas que prevalecem até os dias atuais e contribuem para novas conquistas. Além disso, há inúmeras mulheres desejantes, com a sua subjetividade e com objetivos a serem realizados e nenhum desses desejos está atravessado unicamente pelo fato de possuírem uma genitália e um sistema reprodutor feminino.

Essas mudanças não se limitam a um simples avanço no papel da mulher, mas também refletem uma transformação no entendimento de família, que se manifesta nas novas configurações familiares emergentes na contemporaneidade (Nunes, 2008). Para Janaína Feijó (2023), essas reformulações no seio social levantam novas questões relacionadas à construção cultural da família. Segundo essa autora, pelo viés histórico, pode-se compreender que, desde a metade do século XX, o modelo clássico de família composto por pai, mãe e filhos vem presenciando um declínio e vêm emergindo novas configurações familiares, o que resulta em movimentações crescentes inclusive na legislação do Brasil.

Neste contexto de novas transformações sociais, este trabalho objetiva esquadriar os efeitos, dificuldades e desafios do dispositivo da maternidade, forjado ainda na modernidade, sobre mulheres na contemporaneidade. Mais especificamente, pretende-se focar nas mulheres atravessadas pelo recorte racial e da situação de vulnerabilidade social. Sabemos que as mulheres negras periféricas, em particular, enfrentam um controle social mais intenso em relação à sua autonomia reprodutiva, reforçando desigualdades históricas e econômicas que perpetuam formas de assujeitamento. É nesta perspectiva, portanto, que a aceitação ou rejeição da maternidade deve ser entendida não apenas como uma questão de moralidade, mas também como parte de um dispositivo que regula os corpos femininos, especialmente os das mulheres em condições de vulnerabilidade social (Collins, 2019).

No caso do Brasil, a maternidade costuma ser uma vivência desafiadora e complexa, tanto física quanto emocionalmente, para as mães que residem nas periferias ou estão em condições de vulnerabilidade social, às margens do que seria socialmente aceitável, o que nos leva a adentrar em um novo cenário, compreendendo outros modelos de criação dos filhos (Cavenaghi e Alves, 2018).

Um desses modelos, que também exploraremos neste trabalho, é o da maternidade solo. O termo “maternidade solo” refere-se a mulheres que assumem, de forma integral, a responsabilidade de criar, educar e garantir a qualidade de vida de seus filhos, sem o apoio ou a presença do(a) genitor(a) ou parceiro(a). Sendo assim, nesse cenário, a mulher se apresenta como a única figura parental a enfrentar os desafios da parentalidade (Santos, 2020).

De acordo com o IBGE (2010), a família monoparental é entendida como aquela em que existe um adulto, podendo este ser do sexo masculino ou feminino, e no mínimo um(a) filho(a) ou algum menor de idade sob a responsabilidade desse adulto, podendo ter outros adultos residindo ou não nessa residência. Ainda de acordo com o IBGE (2010), cresce o número de famílias monoparentais lideradas por mulheres, totalizando 87,4% das famílias monoparentais no Brasil.

Cavenaghi e Alves (2018) também reconhecem que, nas últimas duas décadas, no Brasil, as famílias monoparentais regidas por mulheres crescem de forma vertiginosa em todas as classes sociais, mas, apesar disso, argumentam que essas famílias não são marcadas pela homogeneidade em seu grupo, estando espalhadas em diferentes contextos, seja de classe social, raça, etnia e idade.

Desse modo, entende-se que a maternidade está atravessada por marcadores sociais, como cultura, gênero, raça e questões socioeconômicas e políticas em diferentes regiões do mundo, que se refletem em traços particulares da experiência de maternidade (Botton et.al, 2015). Além disso, a partir de uma perspectiva interseccional, diferenças regionais, presença ou ausência de apoio social e desafios econômicos também devem ser levados em conta, já que a parentalidade passa a ser interpretada socialmente conforme a realidade de cada família (Beraldo e Trindade, 2016).

Nesta dissertação, parte-se, poranto, do entendimento da maternidade como dispositivo, ou seja, dispensando qualquer viés biológico naturalizante das práticas exigidas como normas, entendendo que a naturalização do cuidado; o controle da sexualidade feminina; estigmatização da não maternidade e a construção da mãe ideal partem dos discursos, saberes e tecnologias que se articulam para produzir sujeitos dentro da lógica do dispositivo como estabelece Fabiana de Amorim Marcello pedagoga e professora da UFRGS. (Marcello, 2005)

Como Lima (2018, p. 43) retrata, “mergulhar nos discursos e nas práticas da maternidade significa entender que este é um fenômeno social que não deve ser individualizado”, o que desafia nossa forma de lidar com a questão da maternidade solo sem ferir a individualidade de cada mãe, mas incluindo também em nossas análises os efeitos que os modos de subjetivação contemporâneos hegemônicos têm sobre as mulheres, sobretudo as que exercem a função de mães. Assim, a maternidade “antes deve ser compreendida dentro das suas múltiplas relações com o Estado, com as políticas públicas e, principalmente, com os papéis de gênero, no intuito de ressignificar o que seja maternidade e paternidade” (Lima, 2018, p.43).

Em *Gênero e Maternidade: Modos de Subjetivação* é aprofundada a discussão sobre os papéis de gênero na maternidade, revelando como a construção social da figura materna está vinculada à ideia de dedicação incondicional e exclusividade no cuidado dos filhos, a maternidade é analisada como uma função socialmente imposta, reforçada por expectativas culturais e morais que geram sobrecarga e sofrimento psíquico. A partir de uma perspectiva interseccional, destaca-se como as mulheres negras são ainda mais afetadas, lidando com

estigmas históricos e condições socioeconômicas mais precárias, nessa perspectiva a crítica ao ideal da “mãe perfeita” evidencia a necessidade de se romper com modelos excludentes e de compartilhar a responsabilidade parental com os homens.

No capítulo Raça e Maternidade é discutido como a maternidade é atravessada por marcadores raciais, mostrando que as mulheres negras, historicamente submetidas à lógica escravocrata, são frequentemente desumanizadas em suas experiências maternas, são trazidos à tona estereótipos como os das "mães negligentes" ou "hiper-reprodutoras", que as culpabilizam por sua condição social, reforçando um ciclo de opressão racial e de gênero. A construção do ideal de “mãe perfeita” não contempla essas mulheres, e o racismo estrutural as impede de acessar direitos básicos, inclusive o reconhecimento de sua maternidade como legítima.

No que tange aos Modos de Resistência trata-se das formas de resistência das mulheres frente aos dispositivos de controle sobre a maternidade, onde a autora enfatiza o papel das redes de apoio, das políticas públicas, da produção de saberes situados e da construção de novas narrativas sobre a maternidade, são apontadas as possibilidades de ressignificação da maternidade a partir de vivências plurais, que rompem com o ideal normativo e constroem formas mais justas e coletivas de cuidar. A resistência também aparece na valorização das experiências de mulheres negras na luta por visibilidade e no reconhecimento de suas subjetividades.

1 CAPÍTULO 1 - GÊNERO E MATERNIDADE: MODOS DE SUBJETIVAÇÃO

Através dessa análise explora-se de que modo a concepção de maternidade foi historicamente construída a partir de discursos científicos, filosóficos e religiosos que naturalizaram a associação entre o corpo feminino e a função reprodutiva. Com base nos estudos de Thomas Laqueur, historiador, sexólogo e escritor americano é apresentada a transição do modelo de “um só sexo” para o de “dois sexos”, processo que consolidou a ideia de diferenças biológicas entre homens e mulheres como justificativa para a divisão social dos papéis de gênero. Essa diferenciação estabeleceu a mulher como o sujeito naturalmente destinado à maternidade, relegando-lhe funções ligadas ao cuidado, à emoção e ao espaço doméstico. (Laqueur, 2001)

Além disso, este capítulo pretende evidenciar como a ciência, a partir do Iluminismo, serviu como instrumento de poder para reforçar a subordinação feminina. A maternidade passou a ser vista como um destino biológico da mulher, sustentando o ideal de uma "mãe natural", abnegada e dedicada, cuja identidade estaria incondicionalmente atrelada à capacidade de gerar e cuidar. Essa concepção apagou as múltiplas experiências das mulheres, ignorando aspectos como o desejo, a subjetividade e a diversidade de realidades sociais, econômicas e raciais. (Laqueur, 2001)

Por fim, articula-se esses discursos à lógica do dispositivo de maternidade, entendendo-o como uma engrenagem de poder que regula os corpos femininos e produz normas de conduta a serem seguidas. A maternidade, nesse sentido, é menos uma escolha e mais uma obrigação socialmente imposta, especialmente às mulheres negras e periféricas, cujas experiências são marcadas pela exclusão, estigmatização e negação do direito ao cuidado digno. O capítulo convida à crítica dessas normas e à abertura para uma concepção de maternidade que considere pluralidades e promova equidade de gênero e justiça social. (Fabiana de Amorim Marcello, 2005)

1.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DIFERENÇA SEXUAL E DA MATERNIDADE

A binaridade de sexos e gêneros (masculino X feminino), tal como a conhecemos hoje, foi historicamente construída, como mostram os estudos de Thomas Laqueur (2001) sobre a diferença sexual e sobre como as mudanças no cenário político, social e econômico se traduzem em novas percepções, inclusive científicas, sobre o corpo e o sexo.

Até o século XVIII, o que se buscava era estabelecer as semelhanças presentes nos corpos do homem e da mulher, identificar que não haveria diferença substancial entre homens e mulheres. Nesse contexto, a mulher era entendida como “um homem menor, atrofiado e com pênis embutido” como pontua Valeska Zanello, psicóloga clínica e filósofa, professora da UnB e Madge Porto, professora da UFAC e psicóloga clínica. (Zanello e Porto, 2016, p.103).

Laqueur (2001) questiona a noção de que a biologia possa definir de modo tão exato os sexos e questiona de que maneira as interpretações culturais têm sido determinantes nas novas concepções a respeito do sexo. Como Zanello e Porto, Laqueur (2001) aponta como, até o século XVIII, havia uma percepção do modelo de um sexo compartilhado para homens e mulheres. Isto é, homens e mulheres eram lidos como uma variação do mesmo modelo, de um único sexo: todos os corpos representavam uma mesma natureza, porém com diferenças anatômicas. Frente a essa ideia, o órgão reprodutor feminino era entendido como menos desenvolvido do que o masculino. Ainda que tivessem a mesma estrutura, aparelhos reprodutores parecidos, mas não iguais, o do homem era lido como um objeto acabado, enquanto o aparelho reprodutor da mulher era forjado precariamente seguindo o modelo do masculino.

Segundo Laqueur (2001), no novo paradigma da diferença sexual, forjado na passagem do século XVIII ao XIX, o prazer feminino passou a ser desvalorizado frente à fisiologia reprodutiva, acompanhando a crença de que o orgasmo não era necessário para a concepção. Isso tornou o prazer feminino um ato secundário, desvalorizado, e, além disso, abriu espaço para redefinir o papel sexual das mulheres como passivo e subordinado.

“Na verdade, o próprio termo ‘geração’, que sugeria a repetição cotidiana do ato divino da criação com todo o seu calor e luz, deu lugar ao termo ‘reprodução’, que tinha conotações menos milagrosas e mais mecânicas” (Laqueur, 2001, p.194). A análise desse trecho de Laqueur revela uma profunda transformação na concepção de geração e reprodução ao longo do tempo, particularmente no contexto das mudanças no entendimento científico e cultural sobre o corpo e a sexualidade. Para o autor, o termo “geração”, que historicamente se associava à ideia de um ciclo divino, espiritual e natural, carregado de elementos simbólicos

de criação e continuidade da vida, foi progressivamente substituído pelo termo “reprodução”. O uso do termo “reprodução”, com suas conotações “menos milagrosas e mais mecânicas”, também implica uma redução do mistério e da natureza sagrada associada à criação da vida, transformando-a em um objeto de estudo e controle. A partir dessa mudança terminológica, o corpo e os processos reprodutivos, antes vistos como naturais e espontâneos, passaram a ser analisados, regulamentados e monitorados pela ciência.

Com Laqueur (2001), nota-se que foi a partir do Iluminismo e do desenvolvimento científico que o modelo de dois sexos passa a tomar forma e se consolida no meio acadêmico, ou seja, a ciência descreve um novo padrão, onde homens e mulheres passam a carregar características específicas e diferentes quando se tratando do aparelho reprodutor. Essa redefinição, para Laqueur (2001), teve como efeito, para além dos avanços científicos, reforçar estereótipos de gênero e consolidar as relações de poder em volta do gênero.

A biologia, portanto, torna-se, durante essa revolução científica, um instrumento para estabelecer a submissão das mulheres baseada em uma referência à biologia, pautada na disposição dos órgãos genitais, associando a maternidade a algo orgânico e natural, em vista da presença do útero e, em decorrência disso, delegando as funções domésticas e de cuidado às mulheres. A nova ordenação social, acompanhada pelas interpretações biologizantes do corpo humano e da divisão sexual, pautou a reorganização dos papéis sociais e a exclusão das mulheres nos diversos setores da sociedade instituiu o papel de gestar e cuidar dos filhos e do marido (Laqueur, 2001).

O que Laqueur (2001), acima de tudo, pretende com essa análise social e histórica é relacionar de que modo as interpretações do corpo humano se adaptaram ao longo dos anos de acordo com o tempo histórico e as necessidades da época, refletindo interesses culturais, econômicos e políticos, o que questiona a ciência e sua suposta neutralidade, de modo a entender que as narrativas sobre as diferenças na genitália serviram como pretexto para consolidar as desigualdades de gênero, e a entender como a atuação da ciência, até os dias atuais, serve como endosso para fortalecer as instâncias de poder.

O corpo passa a ser território simbólico, de modo que as funções masculinas ligadas aos papéis sociais do homem estavam voltadas para o campo público e as funções femininas estavam associadas ao campo privado. Nas artes renascentistas, por exemplo, o corpo masculino era artisticamente idealizado como símbolo de racionalidade enquanto o corpo feminino era representado pela emoção (Laqueur, 2001).

No que diz respeito à invenção do sexo, segundo Laqueur (2001), em meados do século XIX houve uma maneira epistemológica e política de justificar a diferença entre os

sexos, com o apoio da biologia. “A anatomia sexual distinta era citada para apoiar ou negar todas as formas de reivindicações em uma variedade de contextos sociais, econômicos, políticos, culturais ou eróticos” (Laqueur, 2001, p.192). Ou seja, o corpo passou a ser alvo de barganha e disputa, quando necessário.

Ainda segundo o autor, foi em meados do século XX que diversos estudos produziram novas informações sobre a anatomia e o desenvolvimento do corpo masculino e feminino, abarcando temas como a ovulação, a fabricação de espermatozoides, o ciclo menstrual, a concepção e o controle hormonal. Ou seja, houve um expressivo investimento científico na biologia reprodutiva e no entendimento no que diz respeito ao sexo, ou seja, “não foi um mero empreendimento imaturo servindo a interesses sociais competitivos” (Laqueur, 2001, p.193).

De acordo com Laqueur (2001), o que representou e alavancou essas mudanças de percepção ao longo dos séculos foi a chegada do capitalismo e a reformulação de novos arranjos sociais e o uso dos espaços coletivos a partir da mobilidade urbana como os meios de locomoção que possibilitava transitar pelo espaço urbano. Desse modo, as diferenças físicas se tornaram a justificativa para o novo desenho social, que era acompanhado de uma nova diferença sexual pautada nas limitações de alguns corpos frente a outros. Ou seja, a diferença física passa a credibilizar as performances exigidas (Zanello e Porto, 2016).

Laqueur (2001), portanto, explora como os discursos da diferença sexual sempre estiveram ligados ao poder e ao gênero, demonstrando que o corpo é tanto uma construção cultural e social como biológica. O modelo de “dois sexos”, não só estabeleceu diferenças biológicas, mas também justificou formas de dominação e assujeitamento que permanecem presentes na regulação dos corpos femininos e na desvalorização das experiências reprodutivas.

A noção de maternidade ideal tratada por Laqueur (2001) é profundamente enraizada em discursos normativos que associam o corpo feminino a um destino biológico e moral de cuidado, abnegação e amor incondicional. No entanto, essa concepção é moldada por estruturas históricas e culturais que naturalizam a maternidade como essência da identidade feminina, desconsiderando as múltiplas formas de ser mulher e de maternar.

Ou seja, o que Laqueur (2001) pretende ao reforçar um ideal universal de mãe — geralmente branco, de classe média e heteronormativo — o discurso dominante invisibiliza e marginaliza outras experiências maternas, como as de mulheres negras, indígenas, periféricas ou LGBTQIAPN+, que não se encaixam nos moldes instituídos. Assim, a maternidade deixa de ser uma escolha ou vivência plural para se tornar um instrumento de controle dos corpos e comportamentos femininos.

Dentro dessa lógica, a maternidade ideal opera como um mecanismo de poder que reforça desigualdades sociais e raciais, ao mesmo tempo em que impõe padrões inatingíveis para a maioria das mulheres. A valorização de um modelo específico de maternidade serve à manutenção de hierarquias sociais, pois ignora as condições materiais e simbólicas que tornam possível (ou não) o exercício da maternidade nos termos idealizados.

A exemplo dessa lógica do dispositivo como fomenta Laqueur (2001) e os impactos que essa idealização provoca, temos mulheres negras e pobres, que historicamente foram responsabilizadas pelo cuidado de filhos de outras famílias, enquanto eram privadas de criar seus próprios filhos em contextos de exploração e violência, de modo que questionar o ideal de maternidade não é apenas um exercício teórico, mas um gesto político que busca desestabilizar as narrativas hegemônicas e afirmar a legitimidade das múltiplas formas de maternar.

A partir da narrativa de Laqueur (2001), conclui-se que o conceito de diferença sexual não pode ser reduzido a fatores biológicos, mas deve ser compreendido dentro de um contexto histórico e cultural dinâmico, em que o gênero e o poder desempenham um papel fundamental na construção de compreensões de homem e mulher. Além disso, a divisão dos sexos contribui para a construção de uma maternidade normativa que exclui a experiência de mulheres negras e pobres, cujas realidades frequentemente escapam às expectativas sociais de “maternidade ideal”. explorar mais isso.

Segundo Laqueur (2001) ao controlar a reprodução, os sistemas de poder podem influenciar a composição das populações, as dinâmicas familiares e, em última instância, a distribuição de poder na sociedade. Por meio da regulamentação da reprodução, o Estado, a ciência e outras instituições podem reforçar desigualdades, estabelecendo normas sobre quem pode ou não gerar filhos, como deve ser o corpo da mulher, e quais práticas reprodutivas são aceitáveis ou não. Esse controle, muitas vezes, não é neutro, mas reflete interesses políticos, sociais e econômicos que moldam a estrutura da sociedade de forma desigual.

Portanto, o autor oferece, nessa discussão, uma base teórica para delinear como os discursos de diferença sexual estão intrinsecamente ligados às estruturas de poder e gênero, desmistificando a ideia de que o corpo seja apenas uma estrutura biológica. A partir dessa perspectiva, é possível estabelecer conexões com as análises de Zanello e Porto (2016), que abordam como as dinâmicas de gênero moldaram práticas sociais relacionadas ao trabalho e à maternidade.

A naturalização de performances legitimou a presença dos homens no mercado de trabalho e nas ruas, exigindo certa mobilidade, enquanto às mulheres era reservada a

realidade doméstica e familiar, onde deveriam cuidar da casa e dos filhos do casal, em virtude de sua suposta dimensão física menor em comparação ao porte físico dos homens (Zanella e Porto, 2016).

1.2 DISPOSITIVO DE MATERNIDADE E OS EFEITOS SOBRE A MULHER

Ao tratar de maternidade, Zanella e Porto (2016) retratam que, antes do século XVIII, observam-se na cultura ocidental outras relações estabelecidas que não a que conhecemos atualmente, afinal era uma prática comum as mulheres da elite entregarem seus filhos às amas de leite e cuidadoras e, somente vê-los novamente quatro anos após seu nascimento. Essas práticas eram hábitos naturalizados, sem aparentar nenhuma perda emocional por parte das mães ou das crianças, e a justificativa para tal era que as mulheres tinham outros compromissos que não fossem cuidar de um bebê. É, portanto, diante dessa e tantas outras práticas, a partir dessa percepção histórica, que se evidencia o caráter da maternidade como algo construído socialmente ao longo dos últimos séculos.

Entretanto, essa transação temporal onde as mulheres não viviam para esse projeto de maternidade, que existe até os dias atuais, não se deu de maneira pacífica, visto que foi necessário um investimento do Estado no discurso de criação dos filhos produzindo um sentimento de importância desse ato pelo país em tempos de fome e doença que culminou na aceitação dessa relação com a maternidade, já que na época havia pouco ou nenhuma abertura para as mulheres na sociedade e seria através da maternidade que as mesmas seriam reconhecidas e valorizadas.(Zanella e Porto, 2016).

“Discurso ideológico, mas altamente sedutor: para quem não tinha direitos, a promessa de algum reconhecimento já parecia grande coisa. Tratava-se, em um primeiro momento, de convencer as mães a amamentarem seus filhos” (Zanella e Porto, 2016, p.105). Além do discurso político, outras instâncias passaram a ser efetivas na manutenção e na produção do dispositivo de maternidade, como a igreja e o discurso científico. Assim, ao longo do tempo, um novo papel social para as mulheres foi construído, de modo a estipular novas demandas a partir da expectativa de uma maternidade ideal: “não apenas exigiu-se da mulher amamentar sua cria, mas cada vez mais, no decorrer do tempo, foram solicitadas atividades de educação, formação do caráter, etc.” (Zanella e Porto, 2016, p.105).

Desse modo, as transformações sociais vividas no período do século XVIII diante da nova reordenação social que corrobora para a diferença e a binaridade, contribuíram para a naturalização do sentimento de amor materno como algo universal, o que não nega o sentimento das mães pelos seus bebês, contudo reflete sobre a incessante necessidade

mediática de pontuar o amor materno como algo intrínseco a todas as mulheres (Zanello e Porto, 2016).

Também a autora Marcello (2005) resgata a ideia de dispositivo de Foucault para pensar a maternidade, procurando trazer as reflexões do filósofo sobre relações de poder e modos de subjetivação para pensar como a maternidade está dentro do meio social e estimula a produção de modos de subjetivação como já esperados. Diante daquilo que se espera como maternidade normativa, exprime a ideia de que as funções voltadas para a maternidade e o trabalho deveriam coexistir. Marcello (2005) aponta o relato de algumas mães que explicam alguns dos desafios ao retornar às funções que antes do nascimento do filho(a) eram comuns, como trabalhar ou se exercitar. Após a gestação, toda a rotina de atividades das mães retratadas precisou se adaptar à nova realidade.

Além das mudanças esperadas na rotina das mulheres que tiveram filho, observa-se a pressão social e a pressão interna da mãe em relação à própria maternidade, que busca fazer tudo conforme se espera, como se houvesse um padrão de certo e errado pautando a condução das atividades diárias de cuidado e manejo da criança e de si, como ficou evidente em um dos relatos maternos nos estudos de Marcello (2005).

Segundo o autor, a princípio o que aparenta ser dedicação e compromisso com essa nova responsabilidade que é a criação de um filho, para algumas mulheres é a imersão na redoma de papéis sociais ditados socialmente do que seria uma mãe ideal, o que nos mostra que o que pode dar certo para uma mãe não necessariamente está vinculado ao que vai dar certo para todas. O que na verdade o dispositivo de maternidade faz é fomentar a competição e criar um padrão inalcançável.

“Ao buscar fazer ‘a coisa certa’, o ‘dispositivo’ captura o sujeito-mãe a partir das relações de força que conjugam normatividade”(Marcello, 2005, p.145). É influenciada pelo desejo de galgar um espaço nesse lugar de uma boa mãe que a mulher, diante de qualquer desejo e interesse que não seja como mãe e sim como um ser desejante, passa a ter sentimentos como culpa, arrependimento e tantos outros.

Também quando se trata do corpo, entende-se que o sujeito-mãe o moldará de acordo com as necessidades ditadas pela normatividade, ou seja, trata-se acima de tudo de uma conexão entre o corpo da mulher, o corpo materno e a maternidade. A partir da subsistência do feto, entende-se o corpo da mulher como moradia, como fonte de alimento e, caso essa fonte esteja escassa ou mal nutrida, os julgamentos e questionamentos externos tomam conta desse corpo que, a priori, era somente o corpo da mulher, agora passa a ser vigiado e controlado com o discurso médico como justificativa. (Marcello, 2005)

“O ‘dispositivo’ organiza sentidos nos quais o controle do corpo deve ser realmente efetuado, seja em nome do filho, seja em nome da feminilidade exigida” (Marcello, 2005, p.143). A ideia de que o dispositivo só se faz presente quando há um filho é ilusória, o controle sobre o corpo que pode vir a ser moradia de um feto um dia também é fonte de controle e repressão pelo dispositivo.

No segundo momento, quando a mulher já pariu, o corpo saudável resvala em outras questões, como a responsabilização pela amamentação, que é uma das maiores fontes de tensão, pois, quando se trata do desenvolvimento do bebê, e quando a mãe não amamenta o filho, seja por qual razão for, isso facilmente se torna uma discussão pública (Marcello, 2005).

Nesse sentido, o sistema regulador passa a ser representado por aqueles ao redor da mãe; em alguns casos, o sujeito-pai é um dos que têm o ofício de exercer a função de controle e perscrutar qualquer desvio que possa servir de desencontro à norma estabelecida pelo dispositivo, de modo a favorecer o desenvolvimento da prática materna de maneira tida como “plena” (Marcello, 2005).

O “dispositivo” da maternidade é veiculado, sobretudo, pela mídia, que coloca a mulher como papel principal, veiculando falas das próprias mulheres. Ou seja, o mecanismo utilizado pela mídia é colocá-las como porta-voz, levando-as a acreditar que foram feitas para a maternidade, como se essa fosse uma função inerente a toda e qualquer mulher. “Positivadas pelas linhas de subjetivação, elas fazem com que o sujeito fale de si mesmo e, com isso, ele não apenas se dê a ver, mas modifique e reorganize o objeto que é” (Marcello, 2005, p.149).

Seguindo essa lógica trata-se de resgatar em Joel Birman no texto “Gramáticas do Erotismo: A feminilidade e suas formas de subjetivação em psicanálise” de que modo a normatização da maternidade como destino feminino interfere diretamente na constituição do desejo, operando um silenciamento do erotismo enquanto força pulsional, que por sua vez, escapa às amarras do dispositivo. (Birman, 2001)

Joel Birman, psiquiatra e psicoterapeuta, ao pensar o erotismo como gramática, destaca justamente a tensão entre o campo do instituído e a experiência singular do sujeito com seu corpo e com o outro, sendo a maternidade então quando convertida em ideal normativo, possui a tendência a recobrir o campo do desejo com uma forma de gozo regulado, disciplinado, que esvazia a experiência do feminino de sua complexidade e ambivalência. (Birman, 2001)

Assim, o sujeito-mulher é convocado a se identificar com essa função materna normativa, onde o erotismo, que poderia fazer o desmembramento dessa identificação, é reprimido pelo imaginário que associa o corpo feminino à abnegação e à doação incondicional. A gramática do erotismo então resiste a essa captura, ela se estrutura das irrupções do inconsciente, onde o sujeito é afetado por um desejo que não se reduz à função de mãe, nem ao ideal de completude veiculado pelas mídias.(Birman, 2001)

Birman (2001) aponta para o erotismo de um excesso que desorganiza a identidade coesa e abre espaço para a criação de novas formas de subjetivação, é portanto nesse ponto, que a maternidade, quando investida como dispositivo regulador, colide com a possibilidade do erotismo como experiência singular.

Portanto, o erotismo, enquanto gramática do singular, tensiona o ideal de maternidade plena ao reinscrever o corpo feminino como território de significações múltiplas, onde o desejo não se deixa capturar inteiramente por nenhuma função social, revela que as mulheres não são feitas para a maternidade, mas atravessada por ela de maneira conflituosa e é nesse espaço de conflito que se abre a possibilidade de invenção de si, para além das formas estabelecidas.(Birman, 2001)

1.3 MATERNIDADE E PATERNIDADE

O dispositivo de maternidade implica também, por oposição, em desvincular o pai do lugar de cuidado, educação e afeto. Bell Hooks (2019) pontua a relação que a sociedade institui como a única possível de ser vivida pelo pai, como aquele que dispõe de um vínculo através da responsabilidade, sem mencionar traços como “carinho” e “afeto”, de modo a colocar a mãe como responsável pelo lado afetivo da criança e o pai pela função provedora, responsável pela moralidade e pelos proventos. Os próprios termos “pai” e “mãe” são lidos e entendidos como responsáveis pelo cumprimento de papéis diferentes.

Até mesmo a mulher que não tem filhos é considerada mais apta para criar crianças do que o pai, pois é vista como uma educadora inata. A experiência biológica da gravidez e do parto, quer seja dolorosa ou alegre, não deveria ser equiparada à ideia de que a educação dada pela mulher é necessariamente superior à dada pelo homem. (HOOKS, 2019, p.107)

Uma das questões levantadas pela teórica feminista e ativista antirracista Bell Hooks (2019) é a normalização da ideia de que as mulheres estão mais aptas a educar seus filhos, o que, na verdade, aponta somente para uma sociedade que as sobrecarrega e as engessa nessa posição de cuidadoras, que deveria ser compartilhada com o pai. “A educação prestada pela mulher dá às crianças poucos exemplos de educação prestada pelo homem; perpetua a

ideia de que a educação é a vocação da mulher; e reforça o domínio masculino e o medo das mulheres” (Hooks, 2019, p.109).

A função social do pai foi concebida socialmente de maneira gradual e alguns milênios se passaram até que de fato a constituição familiar que conhecemos tenha se produzido, ou seja, uma relação de parentesco patrilinear, onde o pai é convocado a uma posição de responsabilidade pelos filhos e pela continuação da linhagem das famílias (Beraldo e Trindade, 2016).

Em contrapartida, diante do compromisso com o desejo, o homem passa a se desresponsabilizar pelas relações e se vincular ao próprio desejo, que frequentemente passa por mudanças, de modo que a paternidade é diretamente afetada por essa desresponsabilização e descompromisso com toda e qualquer relação, de modo que a felicidade e a realização pessoal através do próprio desejo se sobrepõem aos laços (Bauman, 1998).

As relações sociais construídas historicamente a partir das noções dos papéis sociais de cada gênero perpetuam até os dias atuais alguns reflexos dessas relações, dentre elas, está o papel do pai, de modo que se faz necessário reaver algumas percepções dentro da cultura e mistificações daquilo que seria papel social do pai e da mãe. O modelo de família concebido reverbera e aprofunda a noção de instituição patriarcal que alimenta esse sistema cultural através das gerações e perpetuação das linhagens (Beraldo e Trindade, 2016).

A figura paterna emerge produzindo um lugar de poder dos homens sobre sua família. A noção de propriedade privada e família produziam essa noção patrilinear patriarcal, já que “a força e dominação masculina se deram inicialmente pelo estabelecimento do casamento como uma instituição de classe, permitindo ao pai saber quem eram seus descendentes e perpetuar suas posses e poder em uma linhagem incontestável” (Beraldo e Trindade, 2016, p. 60).

A instauração da família nuclear cria uma nova modalidade de parentalidade baseada no patriarcado, o que implicava em um papel para as mulheres de expansão do legado da família através da concepção de herdeiros, inclusive “passa-se a exigir da mulher fidelidade no casamento como meio de assegurar a pureza da descendência” (Beraldo e Trindade, 2016, p. 60).

Nesse ponto, isso se torna uma problemática para as mulheres, que passam a ser entendidas socialmente como responsáveis pela reprodução e perpetuação da espécie, fazendo com que o corpo da mulher não esteja sob responsabilidade dela (o que talvez nunca tenha acontecido de fato), mas sob o controle do Estado, do homem e da Igreja.

Com isso, reforça-se a expectativa social estereotipada de uma constituição nuclear de família. “Embora atualmente seja possível observar núcleos formados por recasamentos, pais ou mães solteiras, relacionamentos não institucionalizados em termos legais, casais homossexuais e tantos outros” (Beraldo e Trindade, 2016, p.61), a família conservadora marcada pelo tradicionalismo moral ainda é vista como modelo.

Botton et al (2015) também apontam que, embora haja um crescimento nos últimos anos em torno das reconfigurações na estruturação familiar devido ao divórcio, ainda assim há uma forte correlação no imaginário social entre gênero e papéis sociais, onde a mulher está atrelada aos cuidados básicos da criança e o pai está atrelado às funções de prover a família.

“A família não é, portanto, algo natural ou dado, mas sim um produto de formas diversas de organização entre os humanos” (Botton et al, 2015, p.47) e essa relação é imposta de acordo com os arranjos estruturais instituídos, especialmente, pela igreja, pelo Estado e pela mídia. De acordo com Botton et al (2006, p. 52), “como consequência, homens e mulheres passam a ser estereotipadamente universalizados em suas diferenças”, dificultando novos modos de ser e existir tanto quanto homem e mulher, tanto quanto pai e mãe. E, apesar disso, em vista das recentes discussões sobre essa temática de gênero e papéis sociais, é possível supor que as novas gerações estejam mais atentas ao que será repassado aos filhos e quais referências estão sendo mantidas como legado e quais estão se dissipando como algo ultrapassado.

A partir de uma análise na história das instituições familiares ocidentais, é possível compreender a constituição de núcleos familiares diante de um ditame, uma construção social em volta da ideia de família, que, por sua vez, era projetada sobre a imagem de um casal heteronormativo procriador e responsável pela produção e manutenção de uma preeminência civilizatória, desde a tenra infância dos filhos (Souza, 2020).

A resposta para o distanciamento da sociedade com a família e especialmente com as crianças pode ser esquadrihada a começar pela introdução dos ideais de maternidade e paternidade pautados desde o início das brincadeiras infantis. Isso se dá por consequência do percurso das famílias diante da construção social da maternidade, construção que conta com artifícios institucionalizados pela mídia, pela cultura, pela família e pela sociedade de modo geral. Trata-se de investigar como esse construto permeia diversos campos e contamina a subjetividade ao induzir determinadas performances próprias aos pais.

É indiscutível pensar que a ideia de masculinidade é atravessada pelos aspectos transgeracionais, carregados de cultura e sociabilização entre seus pares, de modo que “é compreensível que boa parte dos homens tenham seus próprios pais como um referencial de

paternidade, construído em um contexto em que os cuidados com bebês e tarefas domésticas não costumavam fazer parte do universo masculino brasileiro” (Oliveira, 2023, p. 5). E na infância essa ideia de paternidade parece ser ainda menos comum de ser abordada. “Ser pai se caracteriza como uma construção mais distante para os meninos, já que estes costumam vivenciar certo distanciamento das atividades de cuidado durante a infância e a adolescência” (Oliveira, 2023, p. 5).

A eliminação do sexismo é a solução para o problema da participação desigual ou da não participação dos homens nos cuidados das crianças. Assim sendo, cada vez mais mulheres e homens têm de reconhecer a necessidade de apoiar e integrar o movimento feminista. Um grande número de mulheres continua a acreditar que devem ser elas as principais responsáveis pelos cuidados das crianças – nunca é demais destacar este aspecto. O empenho das feministas em ajudar as mulheres a desaprender essa sociabilização poderia levar a uma maior exigência de que os homens participassem igualmente na educação. (HOOKS, 2019, p. 110)

Segundo Lima (2018), a maternidade é colocada de maneira naturalizada a partir da infância, de modo que as famílias romantizam as brincadeiras de crianças, que perpetuam o que elas assistem à sua volta. Dentre os exemplos dados por Lima (2018), está o fato de a menina brincar de “coisas de menina”, como boneca, cozinha, tudo isso com cores rosas, enquanto para o menino o binarismo atrela os “brinquedos de menino” com bola, carrinho, martelo, “arminha” e cores azuis.

Essa maternidade vislumbrada para mulheres de classe média, muitas vezes, é imposta de forma naturalizada e romantizada, por meio, por exemplo, das brincadeiras e dos brinquedos de crianças que reproduzem a divisão sexual do trabalho, definindo o que é dito de “menina” e de “menino”, binarizando o mundo entre rosa e azul e legitimando uma narrativa da virilidade masculina.

Penso apenas que, a partir do momento em que endeusamos a maternidade, muitas vezes, estamos (des)agenciando a participação paterna e não pensando uma paternidade sobre o viés da divisão de tarefas, tendo por base a equidade e não a tão clássica “ajudinha”. Acredito também que não podemos encerrar nisso a questão da paternidade, pois, assim como não existe um modelo ou perspectiva única de maternidade, também não existe apenas um de paternidade, havendo inclusive as narrativas de homens que, contrariando a norma da ausência paterna, têm para suas vidas outras experiências mais participativas no que tange à criação dos filhos. (LIMA, 2018, p. 27)

Também Laplanche e Pontalis (2001) pretendem rever esses conceitos sobre a temática lançada, reescrevendo os papéis sociais quando delegam como também ao pai a função de cumprir com o papel afetivo, que anteriormente estava apenas voltado para as mães. Em contrapartida, para as mães, eles acrescentam a funcionalidade proibitiva que anteriormente seria designada somente ao pai. Nesse sentido, pretendem desconstruir a

necessidade de essas funções, materna e paterna, estarem baseadas em fatores exclusivamente biológicos.

1.4 MÃES QUE ROMPEM COM A MATERNIDADE NORMATIVA

Se o dispositivo de maternidade prescreve, como vimos, determinadas funções às mães e aos pais, e também legitima determinado modelo de família (nuclear, heterossexual) como o único favorável à criação de filhos, a consequência é a colocação de mães e famílias que rompem com essas normas no lugar de “anormalidade” e de marginalização.

Segundo um estudo de Granato e Vaisberg (2013), a relação da sociedade com as mães é historicamente problemática, de modo que a função materna está atrelada ao amor incondicional e todas as possíveis relações maternas que sejam “menos” do que isso estão fadadas ao fracasso. A produção de um ideal da mãe perfeita, essa noção criteriosa e falaciosa sobre a maternidade, tem como efeitos julgamento por parte da sociedade e autocrítica por parte das mães.

Uma pesquisa realizada por Lima e Carneiro (2021) mostra que há uma clara associação entre a identidade feminina e a maternidade diante do determinismo que habita a motivação de ser mãe, o que aponta para a influência direta dos papéis sociais designados ao gênero feminino. No caso de uma participante, por exemplo, “a opção pela monoparentalidade sofre a influência do discurso social, historicamente enraizado, no qual a identidade feminina se constitui no papel de esposa e de mãe” (Lima e Carneiro, 2021, p. 718). Isso sustenta a ideia de que, por mais que socialmente estejam sendo discutidos e praticados novos ideais para a vida das mulheres, há na construção identitária, muito por conta do peso secular sob as mulheres a respeito da maternidade, uma ideia de felicidade e realização associada à parentalidade. Na entrevista com essa mesma participante e sua mãe, também se observa a carga transgeracional transferida ao longo da vida para a filha a respeito das condições de existência e o papel da mulher. “A pergunta colocada pela mãe de M4, na qual ela relaciona a frustração da filha ao fato de não ser esposa nem mãe, evidencia o determinismo social” (Lima e Carneiro, 2021, p. 719).

Desse modo, observa-se a influência até os dias atuais de uma noção de maternidade que percorreu séculos. Embora isso não signifique que as mulheres não sejam atravessadas por outros desejos e sonhos, historicamente o vínculo construído entre a maternidade e a realização feminina se encarrega de associar uma felicidade inalcançável às mulheres e as culpa quando não se sentem assim após o nascimento do filho.

Outro ponto que se revela ao longo das entrevistas das participantes são os impasses enfrentados pelas mulheres dentro do casamento diante da decisão de ter ou não filhos ou de ter ou não mais filhos: “As relações conjugais prévias de M2 e M5, que se sustentam enquanto tal, dissolveram-se frente ao desejo de parentalidade da parceira” (Lima e Carneiro, 2021, p. 720). Trata-se, nesse exemplo, de uma faceta recente resultante das relações contemporâneas baseadas nos interesses e desejos pessoais, colocando a necessidade de o casal se reinventar enquanto casal, posto que em tempos antigos o casamento estava colocado como uma única e específica função, enquanto hoje, no entanto, há um denso caminho a ser percorrido diante dos desejos e sonhos que não atravessam somente a maternidade (Lima e Carneiro, 2021).

Esses impasses enfrentados nas relações conjugais contemporâneas, especialmente no que diz respeito à decisão de ter ou não filhos, refletem as mudanças nos modos de subjetivação que marcam as transformações nas dinâmicas familiares. Como apontam Lima e Carneiro (2021), o desejo de parentalidade pode ser um ponto de ruptura em casamentos que, em outros tempos, tinham a maternidade como uma expectativa social amplamente aceita.

1.5 MÃES SOLO

Como vimos na introdução, a experiência da maternidade solo tem aumentado muito nas últimas décadas, inclusive no Brasil. Segundo Arraes, Gomes e Campos (2019), algumas pesquisas mostram que também tem aumentado a maternidade solo entre mulheres de classes média e alta, e nesses casos normalmente se trata de uma escolha e uma busca dessas mulheres pela experiência da maternidade.

Essa experiência de monoparentalidade eletiva e programada, enquanto configuração familiar contemporânea, certamente se tornou possível com as conquistas do movimento feminista e o surgimento da pílula anticoncepcional, que desvincularam sexualidade e procriação, e fortalecem a ideia de uma maternidade independente sem o peso do abandono e do descaso de uma das figuras parentais, possibilitando também maior planejamento, organização e análise do desejo de parentalidade antes da concretização dos planos (Arraes, Gomes e Campos, 2019)¹.

¹ Embora não seja o foco deste trabalho, vale ressaltar que tem aumentado o campo de estudos dessa temática em diferentes contextos, mostrando uma tendência crescente de repensar os modos de reprodução, que, por sua vez, se desvinculam da sexualidade e tornam a maternidade uma responsabilidade passível de ser decidida pela própria mulher, independentemente de um parceiro. Trata-se de uma novidade inspirada também pelos avanços na ciência e da reprodução humana, que estimulam a reflexão acerca do projeto de composição familiar que foi construído socialmente e não cabe mais na atualidade (Arraes, Gomes e Campos, 2019). “Algumas mulheres parecem recorrer à monoparentalidade em decorrência de a maternidade, hoje, estar no mesmo nível de outras escolhas” (Arraes, Gomes e Campos, 2019, p. 51), decisão que pode se equiparar aos projetos profissionais, mas

Apesar de reconhecer a diversidade de vivências nesse contexto da maternidade solo, e sabendo que não necessariamente a mãe solo enfrenta dificuldades ou sofrimento, o foco aqui é pensar nos efeitos que o dispositivo de maternidade tem sobre mães solo periféricas, aquelas que sofrem os efeitos simultâneos das pressões sociais advindas do dispositivo de maternidade e da precarização da vida devido à sua situação de classe social menos privilegiada.

Lima e Carneiro (2021) relatam que o termo “parentalidade” passou a ser utilizado a partir dos anos 1980 para se referir às funções e papéis dos pais na criação dos filhos e aos processos psicológicos que surgem dos vínculos entre pais e filhos. Segundo os autores, há três eixos norteadores principais para a compreensão do conceito de parentalidade: a experiência, o exercício e a prática da parentalidade.

A experiência da parentalidade é definida a partir da observação de famílias em situações que envolvem questões jurídicas, terapêuticas ou de assistência social. No que tange ao exercício da parentalidade, entende-se por direitos e deveres que a sociedade prescreve para os pais, além das normas culturais que determinam o que é permitido ou proibido. E a prática da parentalidade está associada aos cuidados físicos e psicológicos que os pais promovem aos filhos (Lima e Carneiro, 2021).

Nesse contexto, também o termo monoparentalidade é recente: “As primeiras transformações ocorreram com o surgimento da expressão ‘famílias monoparentais’, que se deu em 1975 com a socióloga feminista Andrée Michel” (Lima e Carneiro, 2021, p. 712), de modo a reportar a ideia de constituição familiar como algo diferente daquilo que estava proposto. “Assim, a monoparentalidade, como aqui caracterizada, constitui um dos indicadores da tendência à separação entre conjugalidade e parentalidade na sociedade atual” (Lima e Carneiro, 2021, p. 721). Em outras palavras, a experiência que antes era vivida de modo único, especialmente por conta das implicações da Igreja quanto ao regimento da vida familiar, agora passa a tomar novas formas, agregando arranjos que antes eram renegados ou mal vistos como possibilidades de constituição familiar.

que costuma ser somada à dificuldade de encontrar um parceiro. Entretanto, segundo Arraes, Gomes e Campos (2019), estar solteira não é a única razão para uma mulher decidir ter um filho sozinha. Muitas optam mesmo pela maternidade independente, rompendo com a ideia da necessidade de um casamento para ter filhos. Há também os casos de adoção, em que a solidariedade aparece como uma motivação importante. Algumas das mães que adotam costumam basear sua decisão na falta de interesse nas outras formas de ter um filho ou na inviabilidade de engravidar, tornando-se uma maneira socialmente aceita de ter um filho sem necessariamente ter um companheiro. Ainda assim, mesmo no caso da maternidade solo eletiva, pesquisas mostram que as mulheres enfrentam dificuldades e preconceito. Depoimentos recolhidos por Souza (2002), por exemplo, mostram a associação da maternidade solo com desumanização, estigmas, humilhação e desamparo.

No entanto, ainda que essa discussão tenha se tornado mais frequente e as famílias monoparentais em razão do divórcio sejam mais comuns e mais aceitas socialmente, em contrapartida as famílias que estão sendo constituídas desde o seu início como monoparentais têm sido menos aceitas socialmente e, por isso, sofrido preconceitos (Lima e Carneiro, 2021).

Santos (2020) aponta o risco de julgamento social como uma das dificuldades enfrentadas por mães solo, sobretudo quando buscam manter seus compromissos e a vida social, já que socialmente é tido que a mãe não deveria deixar um filho em prol de suas próprias atividades sociais. Isso faz parte de um desafio maior em administrar a própria vida social. É compreensível que mudanças aconteçam nessa nova fase, pois a necessidade de cuidar dos filhos pode diminuir o tempo disponível para a mãe se dedicar a si mesma, ao trabalho ou a outras atividades importantes, seja com amigos ou companheiros.

Para Santos (2020), além do julgamento e da invisibilidade vivida por mulheres que criam sozinhas os filhos, existem diversas barreiras que são enfrentadas diariamente pelas mães solo. Dentre os desafios mais comuns, boa parte gira em torno de questões sociais, emocionais e financeiras. Um dos pontos cruciais é a sobrecarga emocional, visto que a falta de uma rede de apoio auxiliando na criação da criança pode resultar em uma sobrecarga emocional para a mãe, pois ela pode não ter alguém com quem dividir as preocupações e decisões relacionadas aos filhos, e assim as decisões passam a ter um peso a mais.

Outra questão envolve os desafios socioeconômicos, já que na maternidade solo, em alguns casos, a mãe pode ser a única provedora para a família, e isso pode levar a dificuldades em equilibrar trabalho e cuidado dos filhos, bem como em fornecer o sustento necessário, já que para sustentar o filho a mulher dedica mais tempo do dia no trabalho, impedindo, por vezes, uma relação de qualidade entre a mãe e o filho. (Santos, 2020).

E, nesse sentido, Santos (2020) trabalha a rede de apoio como base importante para essa jornada solo, pois, quando ela está comprometida, ou seja, quando há a falta de uma rede de apoio sólida, de familiares próximos ou amigos, pode-se dizer que há a possibilidade de aumentar o isolamento e a sensação de sobrecarga para a mãe. E, com isso, surgem os impactos na saúde mental de tamanha responsabilidade, devido à pressão e ao estresse de assumir todas as responsabilidades parentais, do lado da mãe, e ao desgaste da mãe no dia-a-dia e à ausência paterna ou de outro cuidador, do lado do filho.

Em vista disso, passamos a entender melhor de que modo o entrelace da tríade sexualidade feminina, planejamento familiar e monoparentalidade na contemporaneidade reforça o agravamento da realidade à qual as mulheres estão submetidas, enfrentando preconceito, exclusão, humilhação e, principalmente, uma maternidade solitária.

No que diz respeito à ausência do pai na criação dos filhos, percebe-se, ainda, “que a paternidade associa-se com prática, função, dado biológico, cuidado, exercício, Estado, leis e regras” (Moreira e Toneli, 2013, 392). Para além disso, foi preciso instituir uma pena na justiça brasileira para que os pais cumpram o mínimo, que seria a contribuição no pagamento dos custos da criança.

Nota-se que não se trata de presença, afeto, educação e lazer entre pai e filho, e sim a parte financeira que corresponde ao genitor. Contudo, não podemos negar que essas recentes mudanças trouxeram novas perspectivas para a vida da mulher, pois a maternidade passou a ser um compromisso mútuo, ainda que o pai só esteja presente financeiramente na vida do filho. São nesses pequenos avanços que fica evidente que os olhares para as mães solo estão cada vez mais atentos.

Afinal, “tanto em legislações (reconhecimento/atribuição de paternidade via exame de DNA, acompanhamento do pai no momento do parto como um direito), quanto em projetos de lei (aumento da licença paternidade)” (Moreira e Toneli, 2013, p. 388), é possível se pensar nessa emergência recente que vislumbra o investimento da figura paterna e seus respectivos compromissos com a criação de filhos como um novo olhar, mais sensível e comprometido com o desenvolvimento global da criança.

Para além da identificação do que é a família e quais são os papéis de cada cuidador, é evidente que alguns elementos são fundamentais para a constituição de uma família ou para a geração de filhos em um ambiente saudável e acolhedor, e um desses elementos é a saúde mental dos pais, especialmente da mulher durante a gravidez e no puerpério.

O que se observa é o aumento das discussões a respeito de fatores emocionais relacionados à maternidade, pois a “saúde mental materna tem sido uma temática importante discutida em pesquisas nos últimos anos, devido à elevada prevalência de depressão, ansiedade e outros transtornos em mulheres em idade fértil” (Ballesteros et al, 2019, p. 453).

Entende-se que a saúde mental das mulheres que vivenciam a maternidade solo, especialmente aquelas que não escolheram por essa realidade, depende de variados fatores, dentre os quais, podemos destacar as condições socioeconômicas que cerceiam a família, de modo a afetar o tempo de convívio e impedir, às vezes, o acesso à educação de qualidade, à cultura e ao lazer (Ballesteros, 2019).

Nota-se que socialmente a saúde da mulher é encarada a partir desse contato com a maternidade, como define Ballesteros(2019), especificamente, a prevenção dela ou o planejamento da mesma, que irrompe na objetificação dos corpos femininos, corpos “feitos” para parir, corpos que foram atravessados pela ordem necropolítica, na qual o Estado passa a

decidir quem vive e quem morre, independentemente das motivações pessoais e interesses particulares das mulheres.

Quando se trata de mães solo em situações de vulnerabilidade social, a saúde mental dessas mães é profundamente impactada pelas condições de pobreza e pela ausência de apoio social e familiar. Nesse sentido, ao discutir as implicações da maternidade solo, é essencial considerar as questões socioeconômicas que afetam diretamente a saúde mental dessas mulheres, como destaca Santos (2020), evidenciando que, assim como as crianças, elas também necessitam de redes de apoio para lidar com as adversidades impostas pelas condições de vulnerabilidade social.

Quando falamos de saúde mental dessas mulheres em situação de maternidade solo dentro de contextos de vulnerabilidade social, devem-se trabalhar todas as questões que atravessam o sujeito. Santos (2020) retrata em sua dissertação de mestrado um estudo que aponta algumas relações da maternidade solitária e as variáveis sociais que implicam de forma direta efeitos na saúde mental das mulheres, especialmente devido às condições de pobreza vivenciadas diante de determinados contextos.

1.6 MÃES “TRANSGRESSORAS”

Além das mães solo, há ainda outras experiências de maternidade que rompem com o dispositivo de maternidade descrito anteriormente, por não performarem, do ponto de vista das práticas sexuais e do próprio exercício da maternidade, as normas e expectativas sociais associadas ao gênero feminino. A autora Camila Fernandes (2017) explora a categoria de “maternidade transgressora” a partir de uma pesquisa realizada onde a autora foi a campo nos morros da Mineira e do São Carlos, que ficam localizados na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro através de uma pesquisa que pretende “analisar a veiculação de discursos sobre a sexualidade feminina, considerada em algumas de suas potencialidades desviantes”.(Camila Fernandes, p.208, 2017)

Fernandes (2017) oferece uma análise crítica dos discursos mais comuns quando se trata da sexualidade feminina e sua intersecção na pauta do discurso reprodutivo, mostrando como a mulher segue sendo regulada no âmbito público e político. Fernandes (2017) elabora algumas ideias em torno de três figuras contemporâneas inscritas no discurso popular, que caracterizariam o que ela chama de “maternidade transgressora”: as “novinhas”, as “mães nervosas” e as “mães abandonantes”, figuras que movimentam o campo do desejo da ordem do amor e do horror, essa ambivalência que inspira a reprodução de performances femininas é questionada a partir de uma análise etnográfica.

A ambivalência retrata como a reprodução de um discurso agenciado sobre uma sexualidade das mulheres apresentadas como “erradas”, presente tanto nas falas cotidianas das pessoas que ocupam o Morro da Mineira e Morro do São Carlos, como também em algumas instituições de Estado, conforme um campo de práticas e representações férteis sobre mulheres, violências, culpas, prazeres e sexualidades desviantes que reforçam os estereótipos ao passo que também abominam.

A maternidade “transgressora”, como pontua Fernandes (2017), reúne experiências de maternidade que são socialmente invisibilizadas e estigmatizadas, de modo que os gestores públicos, moradores e trabalhadores do Morro da Mineira e São Carlos que reproduzem o senso comum e reforçam estereótipos que apontam as mulheres pobres como procriadoras desreguladas, problemáticas e desajuizadas, irresponsáveis e negligentes, cujas práticas sexuais extrapolam aquilo que eles consideram a norma.

Outra figura que recebe a pressão social são as mães das “novinhas”, que são mães de meninas tidas como tendo iniciado precocemente a vida sexual, por falta de vigilância das mães. De modo geral, para a sociedade, quem deve se responsabilizar por vigiar e controlar as atividades sexuais das meninas são as mães, cuja função, então, é de conservar a castidade da filha ao máximo. Desse modo, romper essa castidade produz não somente desonra ao homem da família quanto falta de responsabilidade da mãe da “novinha”, o que implica na desonra de toda a família, cuja função de preservar a menina foi interrompida pelos atos da jovem. (Fernandes, 2017).

Camila Fernandes (2017) se debruça sobre o conceito de “novinha”, carregado de sexualização e produtor de uma responsabilização das meninas desde muito novas. São meninas descritas socialmente como experientes quanto às práticas sexuais, com faixa etária podendo variar entre o final da infância e a adolescência. Contudo, o que se torna mais saliente dentro do estereótipo da “novinha” são aspectos da aparência, da atitude das mesmas e das roupas usadas (Fernandes, 2017).

Já as mães “nervosas” são, segundo Camila Fernandes (2017), encaradas pela comunidade como consequência de uma gravidez não planejada ou quando ainda eram “novinhas”, entendendo que as atitudes descompensadas de algumas mães ou a presença de violência na criação das filhas é produzida por essa falta de planejamento reprodutivo mencionado, que, por sua vez, acarreta em falta de amor e, por isso, mais violência e descontrole emocional.

Ou seja, a mulher como figura principal é evocada seja como objeto sexual diante de sua pouca idade ou como mulher sábia cuja função é amenizar qualquer possibilidade de

contato de suas filhas com a sexualidade, já que, caso não cumpra seu dever, será condenada ao escrutínio. Desse modo, a mulher que é reprimida na juventude deve seguir o exemplo de sua mãe e reduzir a educação sexual das filhas a práticas condizentes com a moralidade e castidade (Fernandes, 2017).

As mães abandonantes como Camila Fernandes (2017) pontua, que é a mãe que dá seu filho para alguma instituição ou o abandona em vias públicas, que segundo as narrativas populares têm uma relação de causalidade com os outros dois tipos de mães desviantes citados aqui, já que a mãe nova não saberia criar um filho, passa pela fase da mãe nervosa que maltrata para por fim abandonar. Esse desvio da norma produz uma série de questões sobre essa quebra do dispositivo de maternidade antes definido, abrindo espaço para as discussões excessivamente midiáticas sobre essa mãe e as desordens produzidas por uma maternidade desviante. (Camila Fernandes, 2017)

A partir dessas figuras maternas transgressoras, Fernandes (2017) convida o leitor a refletir sobre a empreitada que fomenta o patriarcado entre gerações, partindo das noções de feminilidade, castidade, masculinidade e virilidade como representação das figuras narradas, de modo que todo desvio revela uma insubordinação e denuncia falhas estruturais do próprio patriarcado e do dispositivo de maternidade analisado anteriormente.

Além disso, do mesmo modo como foi ponderado em relação à maternidade solo, a maternidade tida como transgressora também envolve situações de vulnerabilidade social e revela os impasses enfrentados pelas mães que não contam com rede de apoio. Para lidar com essas experiências de maternidade, é necessário abordar de que modo seria possível a promoção de redes de apoio na comunidade, nos espaços educacionais, como nas creches, inclusive porque, em muitos casos, a figura do pai não está presente nem mesmo como ajuda financeira. Essa promoção de redes exige uma abordagem de longo prazo envolvendo o governo, as instituições, a comunidade e a participação social ativa na construção de um ambiente favorável que apoie as mães e promova a possibilidade de uma maternidade que não envolva e sobrecarregue somente uma figura parental, e sim toda uma comunidade. (Ribeiro, 2018).

Toda experiência de maternidade é complexa, envolvendo um longo processo, que se consolida com o resultado positivo de gravidez e pode estender-se até o final da vida da mãe, uma função considerada para vida toda. Nesse sentido, a apropriação da ideia de ter um filho é desenvolvida ao longo de toda gestação e o encontro com o bebê eventualmente pode produzir inúmeras consequências psicológicas à puérpera, que está em fase de adaptação com o bebê e com o próprio corpo, que ainda está desregulado física e emocionalmente. É

evidente que a ausência da rede de apoio torna toda a experiência ainda mais desafiadora, o que implica em reordenar o cenário para ter o suporte da comunidade, de familiares e amigos, o que nos leva a rever o tecido familiar que antes era composto por uma família tradicional de pai e mãe, que não representa o Brasil (Alt e Benetti, 2008).

A ausência da rede de apoio é uma dimensão importante na constituição de eventos psíquicos conflitantes na mãe. Em alguns casos, “em torno do terceiro dia após o parto, as mães apresentam depressão precoce ou *baby blues*, um estado de fragilidade e hiperemotividade. O choro e a tristeza são acompanhados por sentimentos de falta de confiança” (Alt e Benetti, 2008, p. 390), o que é desafiador mesmo em situações nas quais a mãe tem uma rede de apoio e/ou um companheiro presente. “Cerca de 10 a 15% das mulheres desencadeiam um quadro depressivo dentro dos três primeiros meses após o parto” (Alt e Benetti, 2008, p. 390), quadro que pode se apresentar inicialmente como *baby blues* e em seguida como depressão pós-parto, trazendo sentimentos de culpa, problemas no sono, mudanças de humor, etc. Entretanto, quando se trata de uma maternidade solo, sem rede de apoio, sem a presença da comunidade, a mulher lida com essa adversidade sem apoio, o que torna a situação ainda mais grave.

A presença de uma rede de apoio é importante porque possibilita a divisão de tarefas e de funções educativas com outros adultos. Nesse contexto, as creches, quando pensadas com um foco voltado para o contato com a comunidade, poderiam facilitar esse processo educativo e possibilitar que as crianças tivessem acesso a recursos e a suporte emocional, intelectual e material que nem sempre os pais e o ambiente familiar podem possibilitar, inclusive na relação com os professores e outros cuidadores, além de intensificar o contato da criança com outras crianças e de favorecer o seu desenvolvimento, não apenas no aspecto educacional, mas também no emocional e social (Hooks, 2019).

2 CAPÍTULO 2 - RAÇA, MATERNIDADE E OPRESSÃO

Os atravessamentos e os efeitos do gênero e do dispositivo de maternidade sobre as mulheres se complexificam ainda mais quando partimos de uma perspectiva interseccional e incluímos a raça como elemento importante a ser analisado nas experiências maternas. Sabemos que há diferenças entre a maternidade de mulheres brancas e a de mulheres negras, especialmente daquelas que ocupam um lugar de pobreza. Segundo Collins (2019), a opressão racial começa quando as mulheres negras vivenciam os traços da escravidão ao se encontrarem ocupando cargos restritos. E, sem dúvida, isso tem consequências para a própria maternidade.

A história da constituição do papel materno não foi sempre o mesmo para todas as mulheres, visto que “as mulheres negras escravizadas eram obrigadas a abandonar seus filhos para alimentar e cuidar dos filhos das sinhás (Ribeiro, Teles Santiago e Faria, 2018, p. 65), o que sobrepõe a lógica de maternidade entendida para as mulheres brancas da época, de modo que os filhos das brancas recebiam os cuidados básicos através das escravas, que também ficaram conhecidas como amas de leite, porque amamentavam os filhos das sinhás.

Segundo Lima (2018), há uma herança escravagista em relação à maternidade das mulheres negras quando em comparação com a maternidade das mulheres brancas, visto que as mães negras estavam submetidas a condições de trabalho compulsório, produzindo a noção de mulher como um objeto e mera reprodutora. Como bem descreve o autor, os filhos das mulheres escravas eram considerados animais e a mulher, uma vaca que reproduzia.

A escravidão marcou profundamente a sociedade brasileira e produziu impactos significativos na maternidade da mulher negra; dentre algumas das consequências enfrentadas até hoje, pode-se apontar a própria maternidade solo, posto que a mulher negra não era vista como pessoa na sociedade escravocrata.

Ao negar às mulheres africanas escravizadas o casamento, a cidadania e até mesmo a humanidade, a escravidão impediu o reconhecimento social da maternidade como ocupação exercida no lar de forma privada. Arranjos comunitários de cuidados infantis substituíram os cuidados maternos individualizados — umas poucas mulheres eram responsáveis por cuidar das crianças que ainda eram pequenas demais para o trabalho, e as mulheres, como grupo, sentiam-se responsáveis pelos filhos uma das outras. (Collins, 2019, p.108)

De acordo com Collins (2019), nos Estados Unidos, por exemplo, as mulheres negras deixaram de ocupar o cargo de “domésticas em residências particulares, mas sua

sobrerrepresentação como cuidadoras, auxiliares de creche, funcionárias de lavanderia e de lojas de fast food” (Collins, 2019, p. 101) permanece, o que mostra o quanto as mulheres afro-americanas seguem em empregos mal remunerados.

No que tange à maternidade, Collins (2019) retrata que a escravidão apresentava, inclusive, regras a respeito da reprodução, de modo que era proibido mulheres brancas terem filhos de homens negros para evitar que mulheres brancas tivessem filhos de ascendência africana. Enquanto isso, o controle reprodutivo das mulheres negras servia como manutenção do modelo capitalista vigente.

Para Nascimento (2019), a mulher negra no Brasil, mesmo após a escravidão, está constantemente no lugar de mão de obra não qualificada, de modo a trabalhar nos mesmos serviços que antes exerciam na Casa Grande, como empregadas, realizando serviços domésticos, que, não por coincidência, são trabalhos que, atualmente, são os menos remunerados.

Entretanto, é nas camadas menos favorecidas economicamente que estatisticamente a mulher negra é a que mais se torna responsável pela renda familiar, que possibilita o sustento de toda a família, a qual pode ser composta pelos filhos, os pais, os parentes, ou seja, por todos aqueles que vivem na pobreza e se reúnem na tentativa de promover ajuda mútua e, por vezes, por não dispor de outro lugar para morar e não ter condições para sustento próprio (Nascimento, 2019).

Segundo Nascimento (2019), a partir do momento em que a mulher negra se especializa e atinge cargos ou profissões que até o momento eram pouco acessíveis a ela, passa a enfrentar a dificuldade em vivenciar a atração do outro, em vista do fato de que o homem acostumado com uma relação dual pode temer a potência dessa mulher. E a mulher negra, por sua vez, tende a se afastar desse tipo de relação onde sua potência não é vista como algo positivo.

Esse cenário revela a importância do que Lima (2018, p. 35) pontuou: “a maternidade como um fenômeno social que, ao longo dos anos, foi se modificando e criando experiências distintas conforme os marcadores de raça, classe e gênero”. O que soa como um alerta para como a sociedade perpetua a noção de maternidade de acordo com esses aspectos raciais nos tempos de hoje e como esse traço da história escravagista impacta atualmente na maternidade da mulher negra.

Desde a época da escravidão, as mulheres negras foram forçadas a criar seus filhos sozinhas devido à separação familiar causada pela violência e pelo comércio de escravos – nas senzalas, as crianças cresciam com o destino marcado, servindo de mão de obra para os

senhores. Logo, é fundamental reconhecer que a maternidade solo para as mulheres negras hoje está enraizada nos sistemas históricos de opressão e discriminação. Quando observamos a interseção entre maternidade solo e raça, torna-se evidente que mulheres negras e de outras minorias étnicas enfrentam desafios ainda mais acentuados (Ribeiro, 2018).

Quando se trata de marginalização, opressão e estigmatização de mulheres negras periféricas na cidade do Rio de Janeiro, é importante contextualizar de que maneira essas relações sociais desiguais também foram produzidas ao longo das últimas décadas, visto que foi em meados do século XX que se projetou uma formatação nova da cidade, uma formatação produzida pela narrativa dos dominadores, que coloca alguns territórios, especialmente as periferias, como territórios relativos à marginalidade. Assim, o que se observa diante das recentes manchetes é a relação entre o Estado e a população pobre a cada dia mais estreita, sendo que o algoz das pessoas que vivem nas periferias do Rio de Janeiro é o próprio Estado quando está colocado como instituição policial (Santiago, 2017).

De acordo com estudos de Cerqueira et al. (2017), para cada 100 pessoas mortas pelo crime de homicídio no Brasil, 71 eram negras; o que sugere que as vítimas foram “escolhidas” pela cor de pele. Nesse caso, aqueles que moram nas periferias já estão sujeitos a um tratamento pior que os moradores da cidade em geral e, dependendo da cor de pele, esse tratamento passa ainda a ter caráter violento e fatal. Essa realidade é delicada e hostil especialmente para as mães, pois as coloca em situações de extrema vulnerabilidade, lutando para garantir a segurança e o bem-estar de suas famílias em meio a um ambiente hostil (Collins, 2019).

O assujeitamento da população periférica a essas condições de vulnerabilidade faz com que as mulheres negras periféricas encarem dificuldades adicionais devido à falta de oportunidades econômicas e ao acesso limitado à educação e ao emprego. Muitas vezes, a maternidade precoce e a falta de suporte familiar ou governamental adequado podem limitar as perspectivas de desenvolvimento profissional das mães, sobretudo as mães solo, perpetuando ciclos de pobreza e marginalização. Isso as coloca em uma posição precária, lutando para sustentar suas famílias com recursos limitados e poucas oportunidades de avanço (Oliveira, 2019).

Além disso, as mulheres negras que vivenciam a maternidade solo, diversas vezes, enfrentam estigmas sociais e discriminação institucional. São frequentemente julgadas de forma mais severa pela sociedade, enquanto as estruturas sociais muitas vezes falham em fornecer o suporte necessário. Os sistemas institucionais, educacionais e de saúde, por

exemplo, podem ser insuficientes ou até mesmo discriminatórios em relação às mães negras, perpetuando um ciclo de desigualdade e marginalização (Ribeiro, 2018).

Outro aspecto relevante é a questão econômica. Mulheres negras já enfrentam disparidades salariais significativas em comparação com seus colegas brancos, o que pode tornar ainda mais desafiador sustentar uma família como mãe solo. A falta de acesso a empregos bem remunerados e a oportunidades de avanço profissional pode perpetuar o ciclo de pobreza e limitar as opções disponíveis para essas mães e seus filhos (Collins, 2019).

Em síntese, a interseção entre maternidade, sobretudo maternidade solo, e raça revela as profundas disparidades e desigualdades que persistem em nossa sociedade. Além da raça, a classe social também parece fundamental na experiência da maternidade, e da maternidade solo especificamente. Entre a maternidade de mulheres negras de classe baixa e a de mulheres negras de classe média há disparidades significativas, que refletem, não apenas diferenças econômicas, mas também desafios sociais e culturais distintos (Collins, 2019).

Primeiramente, ambas enfrentam pressões sociais e estigmas relacionados à maternidade solo, embora as manifestações dessas pressões possam variar. Mulheres negras de classe baixa frequentemente lidam com uma maior estigmatização social devido à associação com pobreza e falta de recursos, enquanto mulheres negras de classe média podem enfrentar formas mais sutis de preconceito relacionadas à quebra de padrões tradicionais de família (Collins, 2019).

É preciso se atentar diante dessa discussão que as barreiras econômicas são acentuadamente diferentes entre os dois grupos. Mulheres negras de classe baixa podem enfrentar uma escassez crônica de recursos financeiros, enfrentando dificuldades para garantir necessidades básicas, como alimentação e moradia, para suas famílias (Bairros, 2002).

Outrossim, são as oportunidades de mobilidade social que também podem variar consideravelmente entre os dois grupos. Mulheres negras de classe média podem ter acesso a redes de apoio mais robustas, incluindo educação e oportunidades de emprego, que lhes permitam alcançar uma maior estabilidade econômica ao longo do tempo. Por outro lado, as mulheres negras de classe baixa podem enfrentar obstáculos estruturais mais profundos, que limitam suas perspectivas de ascensão social, como acesso limitado à educação de qualidade e discriminação no mercado de trabalho (Bairros, 2002).

Apesar das diferenças, de acordo com Collins (2019), é importante reconhecer que tanto mulheres negras de classe baixa quanto de classe média compartilham uma atitude resiliente ao enfrentar os desafios da maternidade solo. Elas encontram formas de apoio dentro de suas comunidades, constroem redes de solidariedade e resistem às pressões sociais

e econômicas para criar um ambiente saudável e amoroso para seus filhos, independentemente de sua posição socioeconômica (Collins, 2019).

Desse modo, entende-se que a maternidade na periferia é um fenômeno complexo, que reflete as realidades socioeconômicas e culturais específicas dessas comunidades. Além disso, pode estar intrinsecamente ligada a questões de violência e desigualdade de gênero (Collins, 2019): as mulheres na periferia enfrentam altos índices de violência doméstica e falta de acesso a serviços de proteção e justiça, o que pode tornar ainda mais difícil romper ciclos de dependência e assumir a liderança na criação dos filhos.

As mulheres negras e pobres que vivem a maternidade sozinhas enfrentam desafios únicos e interseccionais, fruto do atravessamento da identidade de gênero, raça e classe social, em uma posição de desvantagem em termos de acesso a recursos, oportunidades, suporte socioeconômico, tornando a maternidade ainda mais desafiadora e complexa.

O expoente de toda a relação de opressão das mulheres negras atravessa questões estruturais históricas. A escravidão deixou profundas marcas na sociedade brasileira e teve impactos significativos na maternidade da mulher negra, cujas consequências são sentidas até os dias de hoje (Ribeiro et al, 2018).

Ao combater o racismo, a discriminação de gênero e a desigualdade social, garantindo equidade de oportunidades para as mulheres através da sociedade, mostramos que, na verdade, essa realidade complexa se dá muito por conta das relações históricas que atravessam o corpo, a mente e a vida dessa mulher desde muito antes de ela nascer. Essa relação identitária se construiu a partir da escravidão e foi desenhada por centenas de anos.

2.1 OS CORPOS E A SAÚDE DAS MÃES NEGRAS

Também os corpos das mães negras sofrem os impactos do dispositivo de maternidade, sobretudo as construções em torno das diferenças que existiriam entre os corpos de mulheres brancas e de mulheres negras. No imaginário social, “foram interiorizadas e naturalizadas práticas de um ideal racista segundo o qual o corpo negro está submetido ao sofrimento e à dor, tornando este corpo objeto do desprezo e do descaso quando se trata de cuidados” (Oliveira, 2019, p. 13), o que remete a uma herança centenária e que se perpetua até os dias de hoje, por exemplo, nas práticas obstétricas dos partos de mulheres negras.

“Viver em uma sociedade com engrenagens racistas e misóginas é estar sempre vulnerável aos atropelos interseccionais de tais opressões” (Oliveira, 2019, p. 20). É nesse sentido que o trabalho atual retrata também o modo como lidamos com as dimensões raciais da maternidade dentro da saúde pública; e como os papéis sociais de gênero provocam um

efeito em cascata de protelar a autonomia e o domínio das mulheres sobre seus próprios corpos.

Afinal, segundo Oliveira (2019), é a partir da dimensão conservadora da sexualidade das mulheres que surge a produção de uma ideia de saúde, veiculando através do gênero uma mensagem, de modo que para as mulheres essa mensagem está pautada no moralismo e na concepção de que sexo é gravidez, enquanto, para os homens, é uma mensagem sobre permissividade, vivência plena e exploração da sexualidade heteronormativa.

Laqueur (2001) nos convida a refletir sobre como os corpos das mulheres negras são atrelados a uma vida sexual de libertinagem: “muitas pessoas achavam que as mulheres de cor eram especialmente receptivas sexualmente devido à estrutura da sua genitália” (Laqueur, 2001, p.192), criando a imagem da mulher negra sexualizada, que estaria à disposição dos homens para a satisfação do prazer destes.

Quando abordamos a maternidade e o ciclo gravídico e puerperal de mulheres negras, nos debruçamos sobre a violência obstétrica, pautada no argumento de que mulheres negras são mais resistentes e suportam mais a dor, argumento que parte, por exemplo, das “afirmações de que os negros têm os nervos mais fortes e mais grossos que os europeus porque têm o cérebro menor, e que isso implica a inferioridade da sua cultura”(Laqueur, 2001, p. 194).

O período que abrange os séculos XVIII e XIX, no qual Laqueur se aprofunda, era um período histórico marcado pelo racismo e pelas disparidades de gênero, que afetavam a comunidade científica, de modo que o domínio sob os corpos estava atrelado às narrativas que perpetuavam a segregação racial e de gênero. As diferenças sexuais e raciais nesse período histórico partiam, necessariamente, de um ponto de vista eurocêntrico (Laqueur, 2001).

Silva (2017), por sua vez, traz contribuições sobre o conceito de “defeito de cor”, cuja origem reflete cenas do cotidiano da população negra no século XIX, especialmente em virtude de uma lei colonial que definia a obrigatoriedade de as “pessoas de cor” que quisessem pleitear um cargo público ou eclesiástico assinarem um termo alegando “um defeito de cor”, que serviria como um pedido de desculpas pela cor de pele, seria o reconhecimento de um “defeito”. Essa lei evidenciava os marcadores no corpo daqueles que estavam destinados a viver às margens da sociedade no século XIX e na atualidade “essa mesma noção, agora como conceito, é discutida pela intelectualidade negra do país e fora dele em contraposição aos desdobramentos do processo global de subalternização” (Silva, 2017, p.14).

Nesse sentido, o discurso de marginalização pela raça possui um recorte ainda mais profundo quando tratamos das mulheres negras, que foram ainda mais inferiorizadas, seja pela cor de pele ou pela raça, e experimentaram formas de violência em todos os momentos da vida. E essa subalternização se vê até os dias atuais como reflexos da história de escravidão no Brasil. O corpo negro foi e ainda é marcado pelo estigma do crime e pelo preconceito, de acordo com a variância dos traços negros, o que implica na introdução da ideia de que, para executar um plano antirracista, é necessário passar pelo corpo (Silva, 2017).

A mãe preta revela, portanto, aspectos essenciais a respeito dos modos de tratamento e condições de vida apontados para as mulheres negras, em consonância com aquilo que os senhores de engenho, a Igreja e o Estado postulavam: os homens negros estavam cercados de trabalho braçal e as mulheres pretas estavam atreladas ao papel de empregada da casa e ama de leite (Silva, 2017).

Para Martins (2006), o estereótipo racista também é perpetuado mesmo após a abolição da escravidão, pois na sociedade racista a mulher negra carrega traços de desumanização, animalização e uma fajuta ideia de que são mais fortes e podem suportar todas as dores, inclusive a do parto, além da suposta idealização de uma mulher forte psicologicamente para enfrentar todos os desafios da maternidade, deslegitimando o sofrimento mental e o desgaste vivido.

É importante destacar, mais uma vez, que a maternidade da mulher negra não é uniforme, e as experiências podem variar amplamente dependendo de fatores como referencial geográfico, classe social, educação e alguns elementos referentes à identidade individual. Ainda assim, segundo Martins (2006, p. 2474), “a despeito dos diferentes referenciais, os dados evidenciam que as mulheres negras vivem em piores condições de vida e saúde”. À medida que os estudos avançam sobre a temática, no que tange à maternidade, esse contexto se acentua, de modo que as mulheres negras apresentam o maior número de óbitos nos partos. “Para 2000, a SES-RJ refere que a taxa de mortalidade materna em mulheres negras foi 2,3 vezes maior do que a taxa das mulheres brancas” (Martins, 2006, p. 2477).

Martins (2006) aponta que o Brasil sofre com um grave problema de saúde pública no que tange à mortalidade materna, revelando questões que “remetem a uma dimensão maior, que é a população e suas questões de vida, saúde e doença, em uma sociedade onde não existe consenso sobre a igualdade de gênero e direitos reprodutivos” (Martins, 2006, p. 2473). As mulheres negras comumente enfrentam barreiras para o acesso a serviços de saúde de

qualidade durante a gravidez, podendo acarretar em resultados catastróficos para as mães e os bebês.

É através do Pacto Nacional de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal que se pretende expandir o campo para discussão de pautas urgentes e necessárias às mulheres, de modo que essa visibilidade traga a implementação de uma perspectiva mais próxima da que se deseja para saúde pública do país. Alguns tópicos são reiteradamente discutidos e reformulados no Pacto Nacional. “Para as mulheres negras, a existência do quesito cor nos documentos oficiais foi o primeiro passo para redução das desigualdades” (Martins, 2006, p. 2478), servindo de instrumento para identificar o perfil dessas mulheres e o que é possível reaver dentro as políticas sociais em busca de políticas antirracistas, e também um meio de resgatar os direitos dessas mulheres que já foram silenciadas e violentadas por décadas.

Para Oliveira (2019), no cenário obstétrico, é possível destacar um ponto crucial para a manutenção do racismo em cena: a imagem do médico irretocável e dificilmente responsabilizado pela má conduta, de modo que as mulheres experimentam a impotência de deixar suas vidas e as vidas de seus filhos nas mãos dos obstetras, impotência que produz consequências: “como discutir com alguém que detém um estilete cirúrgico e tem legitimização social para usá-lo? É possível que essas questões não sejam racionalizadas pelas mulheres no momento do racismo obstétrico” (Oliveira, 2019, p. 18). E, se esse profissional carregado de preconceitos se utiliza deles para prestar o atendimento à grávida, dificilmente será responsabilizado pela imprudência dos seus atos.

Ainda segundo Oliveira (2019), a desconstrução da maternidade romantizada e a atenção à maternidade real faz com que as mulheres estejam mais preparadas para o enfrentamento de situações que não deveriam vivenciar em um momento tão delicado como o parto, galgando o respeito que deveria estar presente desde o princípio e em busca dos direitos básicos ao acesso a um atendimento qualificado que, em alguns casos, são tidos como um favor ou um luxo.

Também o aborto é um tema importante no que diz respeito ao corpo e aos direitos reprodutivos de mulheres negras e pobres, especialmente quando se observa que geralmente as mulheres pobres realizam abortos clandestinos, enquanto as mais ricas saem do país para a realização de tal procedimento. Desse modo, fica claro que proibir não muda o fato de as mulheres abortarem, apenas implica em sequelas para as mulheres pobres que recorrem à clandestinidade para executar o procedimento, colocando a própria vida em risco (Barsted, 2019).

Em “Quadros de Guerra: Quando a Vida é Passível de Luto?”, a filósofa Judith Butler investiga como a mídia, o Estado e os discursos políticos moldam a percepção sobre quais vidas são consideradas valiosas e dignas de luto, e quais não são. Butler propõe o conceito de “vida precária”, indicando que todas as vidas humanas são vulneráveis, mas denuncia que nem todas as pessoas recebem o mesmo reconhecimento ou proteção a vida. São, em sua maioria, aquelas que não se enquadram nos padrões normativos (por exemplo, vidas negras, pobres, estrangeiras, *queer*, etc.), as que são muitas vezes desumanizadas, tornando sua morte mais tolerável ou invisível aos olhos do Estado e da sociedade.

Butler (2015) também analisa como as imagens e os discursos públicos moldam o valor da vida humana e, se uma vida não é enquadrada como “valiosa”, sua morte não gera comoção, protesto ou luto público. A partir dessas ideias de Butler, é possível, então, entender e criticar as violências sofridas tanto pelos corpos das mães negras e periféricas descritas nesta seção, como, conforme veremos a seguir, os corpos de seus filhos nas periferias do Rio de Janeiro.

2.2 VIOLÊNCIA DE ESTADO: PERDA E LUTO DAS MÃES PRETAS

A morte de jovens negros, geralmente pobres, pela violência policial ou do Estado é um fenômeno recorrente no Rio de Janeiro (Silva, 2024). Esses jovens são frequentemente desumanizados pela mídia e pelas instituições, sendo retratados como criminosos ou suspeitos, mesmo sem provas. Suas mortes raramente recebem a mesma cobertura, comoção ou justiça que as de pessoas brancas de classe média.

A leitura de “Quadros de Guerra” nos oferece uma lente crítica para entender como as mortes de jovens negros nas periferias não são apenas tragédias individuais, mas o resultado de um sistema que nega o reconhecimento e o luto público a certas vidas. Assim, as mães que se levantam contra isso não apenas pedem justiça, mas reivindicam humanidade para seus filhos, exigindo que a sociedade veja neles o que Butler (2015) chama de vidas dignas de serem choradas. Essa articulação entre a filosofia política e a realidade brasileira evidencia que o luto, a memória e a justiça também são atos profundamente políticos.

A necropolítica, conceito desenvolvido pelo filósofo Achille Mbembe (2018), é essencial para compreender como a violência de Estado contra jovens negros nas periferias do Brasil — como no Rio de Janeiro — está estruturada. Ela também complementa a análise feita por Judith Butler em “Quadros de Guerra” ao explicar que o Estado tem o poder de decidir sobre quem vive e quem morre.

Em “Um defeito de cor”, de Ana Maria Gonçalves, é retratada a perda de um filho por uma mãe, a protagonista Kehinde (ou Luísa Mahin), e essa perda é um dos momentos mais marcantes e dolorosos da narrativa. A história, escrita em forma de uma longa carta de Kehinde para seu filho, reconstrói sua trajetória desde a infância na África, passando pela escravidão no Brasil, até sua atuação política e busca por liberdade.

A perda ocorre no contexto das lutas sociais e políticas do século XIX, especialmente nas rebeliões negras e movimentos abolicionistas, de modo que o filho de Kehinde é Luís Gama, figura histórica real, que se tornou um importante advogado, jornalista e abolicionista no Brasil.

No romance, Kehinde é separada do filho ainda pequeno, quando ele é vendido como escravizado pelo próprio pai branco, com quem ela tivera um relacionamento. Esse ato é retratado como uma profunda traição e violência. Embora Luís tenha nascido livre (filho de uma mulher livre), ele é vendido e Kehinde passa então a vida tentando reencontrá-lo.

Essa perda, marcada pela dor, injustiça e resistência, atravessa toda a narrativa. A obra é uma tentativa de reconstruir e contar ao filho a sua própria história, explicando suas origens, suas lutas e o amor materno que nunca deixou de existir, mesmo diante da brutalidade da escravidão e da separação forçada.

Portanto, em “Um defeito de cor”, observamos a perda do filho acontecer no contexto da escravidão brasileira, do racismo estrutural e da opressão das mulheres negras, sendo ao mesmo tempo um grito de denúncia e um gesto de resistência e afeto, que marca a história e atravessa todas as gerações seguintes.

Nessa perspectiva, é possível aproximarmos esse enredo do século XIX às perdas das mães pretas periféricas no século XXI, em virtude dos confrontos policiais, que revela o quanto ainda se perpetuam os mesmos mecanismos de aniquilamento e violência contra os corpos negros (Silva, 2017).

Ainda sobre o desfecho da obra, é possível destacar diversas narrativas de mães negras no Brasil e os muitos desafios enfrentados, sobretudo a separação dos filhos em virtude da política genocida do Estado, o que remete a cenas atuais onde os jovens negros são abordados de maneira violenta e, por vezes, em virtude da cor de pele são lidos como suspeitos de crimes que não cometeram (Silva, 2017).

O eixo norteador para o assujeitamento racializado é a aniquilação da identidade do sujeito negro, de modo que a colonização cria meios de padronizar a identificação das pessoas negras a partir de traços, comportamentos e tradições. Assim, o que se produz é um senso de coletividade e o apagamento das expressões individuais (Passos, 2023).

No Brasil, as periferias adquiriram o perfil de um lugar perigoso e habitado por pessoas perigosas. Passos (2023, p. 101) questiona “como podemos pensar na produção de vida daqueles que são alvos permanentes dessa guerra?”. E o primeiro passo é distanciar a imagem de horror e violência presente no imaginário social quando se discute sobre as comunidades e que remonta à violência dos navios negreiros.

A segregação racial comum nos espaços e nas organizações geográficas dos bairros do Rio de Janeiro aponta para um processo de desumanizar e criminalizar a população periférica, ao aplicar força policial como meio de fortalecer a imagem animalizada e violenta daqueles que estão nas periferias (Passos, 2023).

Historicamente, o racismo atravessou os períodos marcando na pele aqueles que estariam sob a mira do julgamento: “passando pelo sistema colonial mercantilista, imperial escravista, republicano positivista e chegando no contemporâneo, neoliberal, o racismo faz-se categoria substantiva de estruturação” (Silva, 2017, p.188). É nesse caminho que o falso ideal de democracia racial no Brasil é perpetuado e tem-se um Estado que pratica a necropolítica: “a agência do Estado que, ao se instituir indiretamente o direito de matar, passa também a regular a vida” (Silva, 2017, p.189).

A partir de uma leitura sob a ótica do cuidado e da experiência de campo em uma unidade de saúde no Complexo do Alemão, zona norte do município do Rio de Janeiro, Fazzioni (2018) mostra o entrelaçamento dos fatores violência, pobreza e saúde na vida da população periférica. Além de o governo “teorizar e prescrever” sobre como deve funcionar o equipamento de saúde naquele território, deixando as unidades de saúde em situação de grande precariedade, com falta de aparelhos básicos, as condições de vida da população na comunidade também são precárias, violentas, contribuindo para o aumento do seu sofrimento mental.

Trata-se, portanto, de um controle dos corpos menos preocupado em recuperar a memória identitária das pessoas negras, que foi historicamente apagada, e mais interessado em perpetuar o sistema que privilegiou e segue privilegiando as pessoas brancas e de elite. Nesse contexto, vemos “a obstrução ao exercício da maternidade, seja pela dinâmica nefasta do subemprego, seja biologicamente por meio de práticas de esterilização e histerectomia, seja pela prática de assassinato” (Silva, 2017, p.190).

Passos (2023) denomina esse enquadre como trauma psicossocial colonial, que atravessa as vidas das “mães de bandido” como um estigma que almeja, sobretudo, destituir a dor do luto. A violência colonial é praticada através de controle institucional, da extinção de práticas e valores da cultura dos povos colonizados, destituição do poder aquisitivo,

esvaziamento dos processos de subjetivação e a centralização da ideia de humanidade, partindo do homem branco europeu burguês heteronormativo.

Retomando a ideia de necropolítica de Achille Mbembe, que define quem pode morrer sem consequências, quando essas mortes ocorrem, a dor das mães é invisibilizada pela mídia, pelo Estado e até pelas instituições de saúde, que muitas vezes não oferecem apoio psicossocial adequado ou promovem intervenções que isolam e despolitizam a experiência.

A partir da noção de sociedade medicalizada na atualidade, Passos (2023) indica um novo recorte associado a raça e gênero, que, por sua vez, compõe uma nova maneira de “lidar” com o sofrimento das mulheres pretas: em vez do luto reconhecido socialmente, a medicalização. Afinal, enquanto os filhos das mulheres pretas vivem sob a ameaça de morte somente pela cor de pele, o que se encontra como consolo é uma sociedade voltada à medicalização e disposta a silenciar e anestesiar a dor dessas mulheres como forma de apagamento dessas vivências.

A medicalização entra como instrumento de controle, desmobilizando a denúncia política e transformando uma dor coletiva em caso clínico individual. Em vez de ação e escuta, oferece-se sedação e silêncio. Como vimos, Butler (2015) discute como certas vidas não são enlutadas publicamente. Essa negação do luto se alia à medicalização, porque, ao não reconhecer a perda como legítima e coletiva, ela é tratada como distúrbio, reforçando a marginalização e a solidão dessas mães.

A medicalização da dor de mães negras vítimas da necropolítica é uma forma de apagar o conteúdo político de suas perdas, transformando luto em patologia. Ao fazer isso, o sistema de saúde reforça a lógica racista e excludente do Estado, que já havia desumanizado seus filhos. Portanto, entende-se, a partir de Butler (2015) que, reverter essa lógica exige uma escuta ativa, racializada e politicamente consciente por parte das instituições de saúde, e o reconhecimento de que o sofrimento dessas mulheres não é doença, é denúncia, pois elas não precisam de silenciamento — precisam de justiça, reparação e visibilidade.

3 CAPÍTULO 3 - MODOS DE RESISTÊNCIA

O dispositivo da maternidade, compreendido como um conjunto de discursos, práticas e saberes que regulam e normatizam o exercício da maternidade, atua como um mecanismo de controle social que incide de forma particular sobre os corpos das mulheres, sobretudo das mulheres negras e periféricas.

Ao impor modelos idealizados de maternidade, baseados em padrões eurocêtricos, heteronormativos e classistas, esse dispositivo marginaliza formas alternativas de maternar e silencia experiências divergentes da norma. No entanto, diante dessas imposições, as mulheres elaboram estratégias de resistência que rompem com a lógica hegemônica.

Essas estratégias incluem a valorização de saberes ancestrais, a construção de redes de apoio comunitário, a reivindicação de políticas públicas inclusivas e o enfrentamento das narrativas que criminalizam a maternidade em contextos de vulnerabilidade. Assim, a resistência emerge como prática cotidiana de reexistência, desafiando o controle institucionalizado e afirmando outras formas legítimas de ser e exercer a maternidade.

Os movimentos de resistência de mães, sobretudo mães solo, em situação de vulnerabilidade social, representam formas poderosas de enfrentamento das múltiplas opressões que essas mulheres enfrentam. Atravessadas pelo dispositivo de maternidade e por inúmeras questões relacionadas ao racismo, ao sexismo e à pobreza, as mães, especialmente as negras e periféricas, organizam-se em coletivos e iniciativas comunitárias, que buscam garantir o acesso a direitos básicos e, para além disso, o direito a viver com dignidade. A resistência dessas mulheres transcende a sobrevivência diária; ela envolve a luta por justiça social e pela construção de um futuro melhor para seus filhos (Freitas, 2002).

Para além da resistência individual, a organização coletiva desempenha um papel crucial na superação das adversidades enfrentadas pelas mães: unidas, elas criam redes de apoio mútuo que vão além da sobrevivência diária, buscando transformar as condições de vida e reivindicar direitos básicos, como acesso a saúde, educação e trabalho digno. Essas redes de solidariedade, não só fortalecem as mulheres na luta contra as opressões, mas também geram espaços de acolhimento, educação e ação política, permitindo que possam resistir às estruturas sociais e econômicas que as marginalizam (Freitas, 2002).

Apesar de enfrentarem obstáculos significativos devido à sobrecarga de responsabilidades familiares, combinada com a falta de apoio social e institucional, essas mães demonstram grande capacidade de resiliência, ao se unirem em redes de apoio mútuo, segundo Freitas (2002). Estudos realizados por movimentos, como as “mães de favela”, revelam como essas mulheres criam estratégias

coletivas, como grupos de apoio emocional e educacional, para superar a marginalização social e econômica. Elas também recorrem à solidariedade comunitária para viabilizar ações de resistência, como protestos e mobilizações por políticas públicas que atendam suas necessidades específicas (Freitas, 2002).

Para Freitas (2002), essa organização em redes de apoio e solidariedade também se reflete na luta das mães solo contra a invisibilidade imposta pelo Estado e pela sociedade. Embora enfrentam enormes desafios para garantir o sustento e o cuidado de seus filhos, essas mulheres não se limitam a resistir às dificuldades diárias; elas exigem mudanças estruturais que atendam às suas necessidades específicas.

Assim, a resistência delas se expande para a esfera política, onde buscam a implementação de políticas públicas que reconheçam suas condições de vida e proporcionem uma rede de proteção social capaz de garantir seus direitos. A luta por justiça social e igualdade, portanto, ultrapassa as questões individuais e se torna uma batalha por dignidade e reconhecimento em uma sociedade que frequentemente as marginaliza (Freitas, 2002).

A atuação de mães em situação de vulnerabilidade pode ser vista como uma forma de resistência contra a invisibilidade imposta pelo Estado e pela sociedade, visto que essas mulheres frequentemente reivindicam mudanças estruturais, como a implementação de políticas de bem-estar social que considerem suas condições de vida (Freitas, 2002).

As mães solo em condições de vulnerabilidade nesse cenário são, frequentemente, estigmatizadas pela sociedade, que as colocam como a parcela incapaz. Entretanto, os movimentos de resistência que emergem da união dessas mulheres sugerem outra coisa, pois questionam essa narrativa, revelando-se protagonistas de suas próprias narrativas e denunciando que parte da sua invisibilização decorre de um preconceito da sociedade, que as coloca nesse lugar. Além disso, a resistência dessas mães é também uma afirmação de seu direito à dignidade, ao trabalho e à educação, tornando-se, assim, agentes ativas na construção de alternativas para um sistema que muitas vezes as exclui (Freitas, 2002).

Esses movimentos também têm um impacto crucial nas gerações seguintes, pois almejam a criação de uma herança de empoderamento e visibilidade. Assim, as mães em situação de vulnerabilidade não estão apenas buscando melhorar suas próprias condições de vida, mas também esculpir um futuro mais inclusivo para seus filhos. Nesse sentido, ao se organizarem em coletivos, elas desafiam a estrutura patriarcal e racista, construindo um espaço onde a solidariedade e a resistência se tornam fundamentais (Freitas, 2002).

Esses movimentos de resistência podem ser vistos em diversas partes do mundo, como é o caso das mães de favelas brasileiras e das mães negras na América Latina, que, através de ações coletivas e políticas de base, têm buscado afirmar seus direitos e desafiar as desigualdades estruturais

que as atingem. Essas práticas não são apenas ações de resistência, mas também sugerem a reconstrução de sua identidade (Freitas, 2002).

Apesar das adversidades, muitas mulheres negras que assumem a maternidade solo lutam contra a imagem que a sociedade propõe para as mães solo e expõem a potência de resistir aos estigmas. (Collins, 2019). Elas encontram apoio em suas comunidades, constroem redes de solidariedade e resistem às estruturas de opressão, criando um ambiente mais acolhedor.

3.1 TESTEMUNHO: NOVAS DENÚNCIAS E LUTOS POSSÍVEIS

Esses movimentos de resistência, tanto no contexto das mães de favelas brasileiras quanto das mães negras na América Latina, ganham uma dimensão ainda mais intensa quando associamos a luta pelo direito à justiça à perda de filhos em situações de violência. Quando essas mães, em muitos casos, perdem seus filhos assassinados por agentes de instituições estatais, como a Polícia Militar, elas não apenas enfrentam o luto, mas também se organizam para exigir reparação e responsabilização, de acordo com Santiago (2017).

Como aponta Santiago (2017), a união dessas mães em torno de um objetivo comum — a busca por justiça e pela responsabilização pelos crimes cometidos contra seus filhos — acrescenta uma camada de luta política e social a esse movimento, ressignificando a dor em ação coletiva e fortalecendo sua identidade e visibilidade na sociedade. “Ao perderem seus filhos assassinados por agentes de instituições estatais, como a Polícia Militar, as mães passam a se unir” (Santiago, 2017, p. 5). Em tratativa a essa realidade, buscam se amparar em maneiras de fazer justiça pelos filhos que perderam, o que indica uma luta com viés de reparação, para reconhecer os culpados e responsabilizá-los por essas ações (Santiago, 2017).

A pesquisa de campo, realizada entre 2014 e 2018, teve início em meu primeiro contato com o movimento de mães e familiares em um ato público organizado na favela de Manguinhos, zona norte do Rio, em homenagem e memória a Tiago, filho de Selma, assassinado por um policial militar naquele ano. Esse ato público me levou a conhecer outras mães que também tiveram seus filhos assassinados por agentes oficiais do Estado brasileiro e que fazem parte de uma rede de apoio e solidariedade na reivindicação de justiça e na denúncia das violações de direitos humanos perpetradas pelo “Estado”. (Santiago, 2017, p.5)

Nesse contexto de silenciamento de suas vozes, o testemunho das mães – suas falas que denunciam as violências sofridas – surge como um poderoso instrumento de denúncia e de transformação da realidade. “O testemunho, como ferramenta metodológica, adquire tamanha importância nesse contexto, pois é uma forma de compreender esse espaço político” (Santiago, 2017, p.7). O testemunho aponta, sobretudo, para os que sobrevivem à tragédia como uma forma de denúncia e resistência à conduta do Estado frente a essa realidade, pois,

enquanto a agenda política estiver voltada para o aniquilamento dos corpos negros e o esvaziamento da memória e cultura das periferias, as mulheres estão reunindo provas do quanto a violência parte daqueles que deveriam zelar pela proteção e cuidado da comunidade (Santiago, 2017).

É também a partir dessa ferramenta metodológica que verificamos o outro lado das periferias, o desabrochar de aspectos culturais e retratos da memória social desse espaço, desvinculando a periferia da imagem de lugar precário e violento, com estatística de crimes, e retratando e buscando associá-la também a redes de afeto, de resistência, de cuidado e de memória (Santiago, 2017).

Desse modo, as especificidades dos relatos trazidos por Santiago (2017) rasgam a invisibilidade das lutas das mães negras e periféricas que enfrentam situações de violência do Estado contra si mesmas e seus filhos, marcando a vivência da maternidade com os relatos de luta que enfrentam diariamente na tentativa de desassociar cor de pele e violência.

“O testemunho como forma de escuta permite compreender, no campo, a complexa relação entre a performatividade do gênero e do Estado” (Santiago, 2017, p. 7). A maternidade, muitas vezes vista de forma tradicional, é interpretada não apenas como uma vivência individual, mas como um espaço onde se dá uma luta política. Isso implica que o papel de gênero, especialmente o da mulher, é influenciado e estruturado pelas instituições estatais, que impõem normas e valores sobre o que significa ser mãe (Santiago, 2017).

“Além disso, faço uma reflexão, a partir de Butler, sobre a condição de precariedade na qual se inserem as mães e através da qual elas catalisam uma força que compreende a precariedade como um lugar de aliança” (Santiago, 2017, p. 9). A resistência se dá justamente por meio dessas alianças solidárias, que desafiam os discursos oficiais, que historicamente criminalizam e marginalizam os moradores das periferias. Aquilo que antes era invisibilizado ou estigmatizado pelas instituições políticas ganha força e visibilidade através da união dessas mulheres, que se apoiam mutuamente e criam estratégias de enfrentamento e sobrevivência (Santiago, 2017).

A resistência, nesse caso, se dá quando as mães que perderam os filhos formam uma rede de acolhimento, denúncia, resistência e registro daquilo que antes estava apagado, invisibilizado e destituído de qualquer direito. Nesse ato, os corpos femininos e negros passam a estar em um lugar de fala.

“Longe de serem categorias fixas, coesas e estáveis, ‘gênero’ e ‘Estado’ revelam-se como campos semânticos permanentemente instáveis e fluidos que se constituem de maneira relacional” (Santiago, 2017, p. 8). O que se supõe é que o espaço político é um espaço de

domínio de poder e essas mulheres estão abrindo brechas nesse espaço para denunciar suas experiências marcadas pelo preconceito, sendo alvo da polícia pela cor de pele e alvo do Estado e da sociedade pelo seu gênero, gênero endossado diante da maternidade (Santiago, 2017).

A partir da noção da maternidade como uma luta política, quando se evocam as questões de gênero como um marcador, Santiago (2017) pontua, recorrendo a uma análise da Butler, o quão precárias são as condições nas quais se encontram as mães periféricas e o quanto necessitam reunir forças para agenciar um lugar de aliança e cuidado.

Através da análise realizada por Santiago (2017), que serviu de porta-voz aos casos das mães negras periféricas que precisaram lutar contra a violência do Estado, se depreendeu o uso do significante “mãe” como parte de um grupo identitário marcado pela resistência contra os abusos cometidos pela polícia, e reivindicando a responsabilização das instituições públicas pela morte dos filhos.

“Chegar aos atos públicos apresentando-se como “mãe” e trazer, em seus corpos, a camiseta estampada com a fotografia de seus filhos e cartazes com seus nomes se constituem formas estratégicas de agenciar processos políticos” (Santiago, 2017,p.10), desvelando um papel fundamental dessas mães especialmente quando sua presença serve por si só como uma denúncia.

“Historicamente, a maternidade é atrelada a um bem maior em nossa sociedade, um valor supremo e que traz consigo a ideia de uma mãe sofredora” (Santiago, 2017, p.11). Como vimos, essa ideia remonta à construção social em volta do dispositivo de maternidade, o que nos leva a entender a comoção por trás do afeto que passa a ser reivindicador de justiça e serve de combustível para a luta, já que evoca a potência da maternidade.

Nesse mesmo contexto, identifica-se, nos relatos das mães, a dor de perder um filho como se fosse uma dor em seu próprio corpo, sugerindo uma conexão tão intensa que configura um retorno à ideia de gestar esse filho, produzir um ser humano e entregá-lo ao mundo, compreendendo que as dores que afligem esse filho resvalam na mãe. A morte do filho sugere, assim, um luto intenso, que quebra uma ligação para além do afeto e do cuidado, mas uma relação visceral, uma conexão umbilical. O corpo materno é um objeto político e pode ser lido de tal maneira: “está inserido em uma economia libidinal pré-discursiva em que os impulsos libidinais primários (como, por exemplo, a dependência radical da criança com o corpo materno) emergem em seus significados múltiplos” (Santiago, 2017, p.12).

O signo “mãe” passa a assumir papel fundamental como marcador identitário para o enfrentamento e a resistência, para o resgate da noção de dignidade e para fazer a justiça

diante de crimes cometidos contra seus filhos, e nessa luta se agenciam mulheres que encontram umas às outras como fonte de resistência e sobrevivência ao luto (Santiago, 2017).

Passos (2023) denomina de trauma psicossocial colonial a série de violências históricas que atravessa as vidas das “mães de bandido”, como um estigma que almeja, sobretudo, destituir a dor do luto. Desse modo, se faz presente o interesse em dialogar sobre práticas voltadas para a clínica da delicadeza, cuja função é se distanciar das práticas de silenciamento e homogeneização das vivências.

A "clínica da delicadeza", como mencionada por Passos (2023), é uma proposta de prática clínica que se opõe às formas tradicionais e normativas de cuidado psicológico, que frequentemente silenciaram, marginalizaram ou levaram à patologização das experiências de sujeitos marcados por traumas psicossociais.

No contexto citado, em que se discute o estigma imposto às “mães de bandido”, a clínica da delicadeza propõe um cuidado ético-político que reconhece e valida a dor dessas mulheres, sem reduzi-las a categorias diagnósticas ou a expectativas de "superação", que ignoram as condições sociais e políticas em que estão inseridas. Também respeita a singularidade das narrativas, afastando-se de abordagens que padronizam o sofrimento ou impõem modelos universalizantes de luto (Passos, 2023),

A clínica da delicadeza reivindica, ainda, a dignidade do luto e da memória dos filhos dessas mães, resistindo à criminalização que busca desumanizá-las. Trata-se, portanto, de uma clínica afetiva, situada e comprometida com a justiça social, que rompe com a neutralidade técnica e se alinha com práticas de escuta e cuidado que promovem reparação simbólica e resistência à lógica colonial (Passos, 2023).

3.2 DIREITOS NOS CAMPOS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE

Como vimos, a ausência de políticas públicas adequadas, como creches acessíveis e redes de suporte familiar, faz com que as mulheres negras na periferia assumam sozinhas a responsabilidade de criar seus filhos, o que agrava ainda mais os desafios da maternidade, exigindo que equilibrem o cuidado com o sustento da família (Souza, 2023).

Para promover uma maternidade mais equitativa e justa, é fundamental combater o racismo estrutural e promover políticas e programas que abordem as desigualdades sociais e econômicas enfrentadas pelas mulheres negras, garantindo a elas o acesso a recursos e oportunidades para criar e cuidar de suas famílias de maneira digna e segura (Martins, 2006).

Djamila Ribeiro (2018), filósofa contemporânea, no capítulo “Feminismo Negro como Perspectiva Emancipatória”, do livro “Porque a creche é uma luta das mulheres”, retrata com clareza as manobras realizadas até os dias de hoje para o aprisionamento das mulheres negras nos lares das sinhás, que hoje seriam representadas pelas mulheres brancas com poder aquisitivo mais alto.

A luta pelo direito à creche também representa, portanto, uma forma de resistência à precarização das condições de vida das mulheres negras, no contexto periférico. A ausência de creches públicas e de qualidade expõe as mulheres negras a um ciclo de trabalho informal e mal remunerado, já que a responsabilidade de cuidar dos filhos em tempo integral recai inteiramente sobre elas. Logo, para essas mulheres, a creche se torna um direito fundamental, não apenas para o desenvolvimento de seus filhos, mas para a garantia de sua própria autonomia econômica e social (Stolz e Souza, 2023).

Nesse sentido, as creches passam a servir como mecanismo de resistência, emergindo como um local onde as mulheres podem resistir ao desamparo e ao silenciamento, ao mesmo tempo em que garantem melhores condições para o desenvolvimento de seus filhos. “A ampliação do sistema de creches adveio dos esforços dos movimentos sociais - sobretudo a partir da década de 1970 -, empreendidos, particularmente, através da protagonismo das lutas feministas” (Stolz e Souza, 2023, p. 171).

Para Stolz e Souza (2023), promover uma instituição que acolhe e auxilia no desenvolvimento de crianças menores, que ainda não têm idade suficiente para estar na escola, promove a possibilidade de as mães sem rede de apoio disporem das creches enquanto trabalham: “as contribuições dos movimentos sociais compostos por mulheres para a expansão da política social de creches, ressaltando os esforços para que Estado brasileiro assumisse o compromisso com o cuidado” (Stolz e Souza, 2023, p. 169), exercem papel fundamental na dinâmica familiar onde a mãe precisa ir trabalhar.

O slogan produzido no final da década de 1960 e início da década de 1970 carrega uma referência que institui um novo olhar para a questão da maternidade: “O filho não é só da mãe”, o que sugere a urgência de criação e manutenção de vias de acesso das mulheres que são mães a vislumbrar a possibilidade de viver outras esferas da vida que não seja somente seu filho, buscando descortinar e endereçar esse compromisso aos espaços coletivos e aos órgãos públicos, e não somente o endereçamento individual a cada mulher (Stolz e Souza, 2023).

Além do direito à creche, Leal et. al (2017) pontuam algumas referências de resistência diante desse cenário discutido até o momento, dentre elas está a implementação de programas, como o Plano de Combate ao Racismo Institucional, de 2005, que são tentativas de institucionalizar algumas medidas passíveis de combater a discriminação racial, como as narradas pelas mães periféricas.

Desse modo, a obrigatoriedade do registro de raça/cor nas estatísticas vem se tornando um exemplo de como os dados, especialmente na era tecnológica, abrangem a possibilidade de serem usados como ferramenta para resistir às práticas de violência institucional e combater a desigualdade. Ao tornar visível o recorte racial nos dados sobre saúde, segurança pública, educação e outras áreas, é possível mapear padrões de exclusão e violência que afetam de forma desproporcional a população negra. Isso permite que políticas públicas sejam desenhadas com base em evidências concretas, direcionando recursos e ações para os grupos mais vulneráveis. Além disso, ao revelar o funcionamento estrutural do racismo institucional, os dados se tornam uma ferramenta de denúncia e resistência (Leal et. al, 2017).

Outra ponta de estratégia discutida por Leal et. al(2017), produzida também em virtude da violência de cunho racial dentro das instituições comumente praticada por profissionais da saúde, é a formalização de leis, como a Lei 11.108, a qual pontua o direito ao acompanhante durante o parto. Essa lei estabelece o direito a um acompanhante, como um meio de atenuar os danos, caso alguma prática de V.O (violência obstétrica) ou qualquer conduta antiética seja praticada. Este é um exemplo de resistência formal prescrita na lei. Apesar das dificuldades de implementá-la, o reforço desse direito pode reduzir a solidão feminina durante o parto e aumentar o empoderamento das mulheres em ambientes hospitalares.

Essas e outras estratégias vão contra as práticas racistas na maternidade, que se tornaram uma realidade persistente e devastadora para muitas mulheres negras, especialmente no que se refere ao atendimento médico durante o parto. Leal et.al (2017) apontam que as mulheres negras enfrentam uma série de discriminações baseadas em estereótipos raciais,

como a crença de que são mais resistentes à dor, como já foi abordado anteriormente nesta dissertação. Esse tipo de conduta frequentemente resulta em uma redução na administração de analgesia durante o trabalho de parto. Além disso, muitas mulheres negras são submetidas a um atendimento despersonalizado, onde suas necessidades e queixas são ignoradas, contribuindo para um ciclo de negligência e violência obstétrica, tornando a presença de um acompanhante informado um meio de coibir tais práticas.

Tais práticas, não só comprometem a saúde física e emocional das mulheres negras, mas também reforçam uma estrutura de desigualdade que desumaniza essas mulheres no momento mais sensível de suas vidas, o parto. A perpetuação desses preconceitos dentro das instituições de saúde revela a urgência de uma reforma estrutural que promova um atendimento mais inclusivo, respeitoso e livre de discriminação racial (Leal et.al, 2017).

3.3 IRMANDADES E NARRATIVAS FEMININAS NEGRAS

Jurema Werneck (2010) faz uma análise profunda das estratégias contra-hegemônicas de resistência de mulheres negras na produção de cultura e conhecimento, no fortalecimento de redes comunitárias e na mobilização de movimentos sociais, que têm o poder de transformar as lutas das mulheres negras em situações de vulnerabilidade em uma construção coletiva de novos paradigmas de justiça. A autora enfatiza que estas estratégias não são apenas reativas, mas também criativas, pois possuem o poder de produzir e agregar, oferecendo alternativas e propondo novos paradigmas de justiça social.

A memória coletiva é vista como uma ferramenta poderosa nas lutas das mulheres negras, ao resgatar histórias de resistência e reconhecer as contribuições das gerações passadas para fortalecer as lutas atuais. A ancestralidade africana e os valores culturais são elementos centrais do processo de redefinição (Werneck, 2010), processo que se refere principalmente à reconstrução da identidade, da autoestima e do lugar social das mulheres negras na sociedade. Dessa maneira, quando a memória coletiva resgata histórias de resistência e valoriza a ancestralidade africana, permite às mulheres negras redefinirem a forma como são vistas e como se veem.

Ao romper com os estigmas históricos do racismo, do sexismo e da desumanização herdada do colonialismo, esse processo contribui para a construção de uma identidade baseada na força, sabedoria e protagonismo de seus ancestrais, em vez de na subalternidade imposta pelos discursos dominantes. Assim, trata-se de uma redefinição de si mesmas enquanto sujeitas (Werneck, 2010).

Desde o período colonial, segundo Cantuário (2009), embora os discursos hegemônicos tenham construído um ideal de maternidade em que a mulher deveria se subordinar à autoridade masculina e à estrutura familiar tradicional, as mulheres negras sempre encontraram formas de resistir a essas imposições, criando novas formas de exercer a maternidade, baseadas na coletividade e na ancestralidade.

Uma das maneiras de confrontar os estereótipos de mães solo em contextos mais vulneráveis é construindo, por exemplo, a imagem de mulheres negras como referência de liderança, assim como as mães de santo, ou seja a maternidade simbólica na religião afro-brasileira “Outros modelos de maternidade foram experimentados por famílias indígenas, negras, pobres, embora o modelo hegemônico fosse o da família de elite” (Cantuário, 2009, p. 128).

Para Cantuário (2009), às religiões afro-brasileiras desempenham um papel fundamental na resistência das mães negras, já que as mães-de-santo, por exemplo, exercem uma maternidade simbólica dentro dos terreiros, sendo responsáveis pela orientação e proteção de seus filhos-de-santo, de modo que esse papel ultrapassa a dimensão religiosa e se torna uma rede de apoio para mulheres em situação de vulnerabilidade, oferecendo um espaço de acolhimento, pertencimento e ressignificação da identidade.

Além disso, as religiões de matriz africana sempre foram um refúgio para a população negra diante da repressão, de modo que a formação das famílias-de-santo é uma estratégia histórica de resistência cultural contra a fragmentação imposta pelo colonialismo e pelo racismo estrutural (Cantuário, 2009).

Apontando para as múltiplas maneiras de ler a maternidade simbólica, Cantuário (2009) sugere que as mães negras resistem por meio da criação de novas formas de subjetividade. Nessa perspectiva, elas rejeitam os padrões impostos e criam suas próprias cartografias de existência, recusando-se a serem encaixadas em um modelo único de maternidade: “a Umbanda tem nas mães-de-santo umas das responsáveis pelos cuidados, orientações, obrigações religiosas na busca de um bem-estar físico, psíquico e social na lida com o sobrenatural” (Cantuário, 2009, p. 131).

No contexto das articulações políticas relacionadas ao sagrado e ao encontro entre as matrizes culturais e religiosas africanas e ocidentais, surgiram as irmandades femininas negras. Essas associações religiosas estavam inseridas nos rituais cristãos, especialmente no catolicismo, religião predominante durante o período da escravidão (Werneck, 2010). Para Werneck (2010), às irmandades desempenharam um papel significativo na criação de condições materiais de subsistência para mulheres de diversas etnias africanas e para as

afro-brasileiras, além de proporcionar os meios necessários para resistir ao regime escravocrata, incluindo ações políticas de massa, como as revoltas urbanas que antecederam a queda do regime.

Algumas irmandades ainda atuam como resistência de mulheres negras em situação de vulnerabilidade, como a Irmandade da Boa Morte, localizada no interior da Bahia. Embora vinculada à Igreja Católica, essa irmandade reúne mulheres negras idosas, que ocupam posições de alta hierarquia nas religiões afro-brasileiras, sendo comumente vistas como matriarcas da irmandade, como acontece no Candomblé com as mães de santo. De modo geral, seus rituais públicos revelam as conexões entre as tradições religiosas e culturais, mantendo, no entanto, um caráter profundamente afro-brasileiro (Werneck, 2010).

As irmandades femininas negras, como a Irmandade da Boa Morte, representam importantes espaços de articulação política, cultural e religiosa, evidenciando o protagonismo das matriarcas na preservação da ancestralidade e na luta por direitos, já que essas irmandades surgiram durante o período escravocrata no Brasil, em um contexto de opressão racial e de gênero, como forma de resistência coletiva. Além disso, elas permitiram que mulheres negras criassem redes de apoio mútuo e desenvolvessem estratégias para garantir a sobrevivência física, cultural e espiritual de suas comunidades (Werneck, 2010).

A Irmandade da Boa Morte, localizada no Recôncavo Baiano, é um exemplo emblemático dessa herança, segundo Werneck (2010). Essa irmandade combina elementos do catolicismo com tradições africanas, demonstrando a capacidade de ressignificação cultural: de modo geral, seus rituais públicos celebram a libertação dos escravizados e reverenciam os antepassados, são manifestações que transcendem o campo religioso e assumem uma dimensão política, ao reafirmar a identidade afro-brasileira e combater o apagamento histórico.

Essas irmandades também desempenham um papel crucial na construção de laços comunitários e na promoção de valores, como solidariedade e autonomia, visto que oferecem um modelo de organização onde as mulheres negras são líderes e guardiãs do legado cultural de suas comunidades, como matriarcas das irmãs mais novas, desafiando as estruturas patriarcais e racistas que tentaram marginalizá-las (Werneck, 2010). Nessa perspectiva, para a autora, ao promover práticas culturais como cantos, danças e celebrações, as irmandades fortalecem o senso de pertencimento e incentivam a resistência contra a discriminação, criando espaços de afirmação e visibilidade.

No contexto atual, as irmandades continuam a ser símbolos poderosos de resistência e transformação social, de modo que nos lembram que as tradições afro-brasileiras não são

apenas formas de expressão cultural, mas também ferramentas de luta por direitos e justiça social, onde a ancestralidade evocada em suas práticas inspira a luta contemporânea das mulheres negras, reforçando a importância de reivindicar um lugar digno na sociedade, baseado na valorização de sua história e cultura (Werneck, 2010).

Assim, as irmandades femininas negras não apenas preservam a memória de tempos passados, mas também projetam possibilidades de futuro, onde o respeito à diversidade cultural e a equidade sejam pilares fundamentais. A Irmandade da Boa Morte, com sua longevidade e simbolismo, é um exemplo vivo de como a ancestralidade e as tradições afro-brasileiras continuam a ser forças transformadoras no Brasil (Werneck, 2010).

Segundo Werneck (2010), Iemanjá, a deusa das águas do mar e mãe de todos os filhos-peixes, representa simbolicamente a maternidade por meio de sua imagem de seios fartos. Matriarca dos mares, a figura de Iemanjá é emblemática e reforça a ideia da maternidade simbólica, presente em diversas tradições. Inclusive, sua história inclui um episódio marcante de rompimento com seu marido, que quebrou uma regra essencial imposta por ela: o respeito aos seus seios.

Desse modo, as múltiplas formas de maternidade simbólica evidenciam como as mulheres negras criam novos modos de subjetivação para resistir às imposições sociais. As irmandades femininas negras assumem a força ancestral e demonstram a força dessas mulheres na preservação cultural e na construção de redes de apoio, para além do que a cultura normativa propõe. Por fim, nota-se o quanto esses espaços reafirmam a ancestralidade afro-brasileira, promovendo solidariedade e autonomia, enquanto desafiam estruturas racistas e patriarcais. Assim, as lideranças religiosas tornam-se símbolos de resistência e transformação social. Mais do que espaços espirituais, as irmandades funcionam como ferramentas de luta por direitos e reconhecimento, garantindo a continuidade das tradições e reafirmando a importância da ancestralidade na construção de futuros mais justos e igualitários.

Fica evidente, portanto, a centralidade das estratégias contra-hegemônicas na construção de novas possibilidades de enfrentamento dos modos de assujeitamento do materno, sobretudo o materno solo, quando se trata das mulheres negras em condição de vulnerabilidade. Esses movimentos contra-hegemônicos são executados, especialmente, por meio do fortalecimento das redes comunitárias, do incentivo à produção cultural e da valorização da memória coletiva, de modo a não apenas resistir, mas também criar e agregar valores essenciais à comunidade.

No que diz respeito à memória coletiva, Silva (2017, p. 35) também aponta a importância de “transfigurar a questão da escravidão no Brasil, a qual permanece como uma espécie de trauma”, e de construir uma memória social representativa da história da escravidão no Brasil, tanto para as mulheres negras escravizadas quanto para as gerações seguintes. Nesse contexto, ouvir a experiência das mães negras no Brasil, descrevendo as dimensões do racismo, da resistência e da sua luta diária, é fundamental.

Para Silva (2017), o romance “Um defeito de cor”, de Ana Maria Gonçalves, que retrata a história de uma mãe em busca do filho perdido, pode ser entendido como um “suplemento”, no sentido de Jacques Derrida: um suplemento preenche uma lacuna, ampliando e complementando o discurso histórico oficial. Esse conceito permite que seja possível mudar a maneira como compreendemos a história e entender que até então a história havia sido narrada por aqueles que exploraram e escravizaram os negros. Analisando as obras da literatura brasileira, observa-se a escassez de personagens negras em posições diversas, já que comumente as mulheres negras ocupam um lugar subalterno, sexualizado, e os homens negros ocupam o papel da figura violenta e ignorante.

Desse modo, “Um defeito de cor” atua como esse suplemento, abordando aspectos da experiência escravista que a historiografia tradicional negligenciou ou omitiu, o que nos remonta ao retrato atual quando tratamos da população periférica e negra (Silva, 2017). A própria autora, Ana Maria Gonçalves, destaca a relevância e o impacto na sua constituição como mulher preta a partir da elaboração da obra: “afirmou que a pesquisa realizada para a escrita da obra permitiu a elaboração da história a que ela não teve acesso em sua formação”. (Silva, 2017, p. 184).

Esse depoimento aponta para a relevância de produções midiáticas, literárias, artísticas de modo geral na construção identitária daqueles que a consomem, sendo objeto de representatividade quando bem estruturado e idealizado (Silva, 2017). Trazendo o conceito de suplemento para os dias de hoje, diante do mesmo recorte social, pode-se dizer que as narrativas de mães solo negras em condições de vulnerabilidade também preenchem lacunas e permitem novas elaborações da história.

Isso significa que os eventos históricos, até então narrados por um viés heroico e romântico, passam a tomar formas menos cinematográficas, menos centrados na perspectiva dos dominadores, perspectiva que afastava e desprezava a voz das mulheres. Deve-se abrir espaço, então, para trabalhos produzidos pelos próprios negros, incorporando memórias sobreviventes, através da oralidade. Ao compartilhar saberes nas práticas de comunidades tradicionais, tal como os terreiros de candomblé, ou seja, a partir do imaginário religioso e

cultural que não são originários da cultura ocidental, torna-se possível compreender o olhar daquelas que sempre estiveram à mercê, mulheres negras e pobres (Silva, 2017).

Quando se trata das mães solo sob o recorte racial, é necessário olhar além, adentrar as nuances produzidas pela escravidão. É indiscutível que hoje se torna possível dar voz a essas mães não somente através da literatura, mas também através da ida a campo dos profissionais que desejam quebrar esse barreira; nesse sentido, atentar-se à história pela voz de quem é e foi impactado por essa vivência direta ou indiretamente é como “um tipo de leitura a contrapelo que se imbui de iluminar aspectos das práticas sociais até então obnubilados” (Silva, 2017, p. 38)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou evidenciar como o dispositivo de maternidade opera de maneira racializada e normativa, produzindo subjetividades femininas marcadas por controle, vigilância e expectativas morais. A maternidade, longe de ser uma experiência homogênea e naturalizada, é construída a partir de discursos normativos que, como destacam Marcello (2005) e Zanello e Porto (2016), instituem modos de subjetivação feminina fortemente vinculados ao ideal de sacrifício, abnegação e cuidado incondicional.

Ademais, o debate sobre o desejo de maternar ou não, problematizado por Zanello e Porto (2016) e por Butler (2015), destaca a necessidade de desconstruir o imperativo da maternidade como destino natural das mulheres. Neste ponto, a crítica feminista contemporânea, como indicam Barsted (2019) e Sorj (2019), é central para o avanço de pautas como a legalização do aborto, o acesso ao planejamento familiar e o reconhecimento das múltiplas formas de maternar.

Esses discursos, ainda que enraizados na tradição, são constantemente tensionados por novas configurações familiares, transformações socioculturais e resistências individuais e coletivas. Observamos, a partir das contribuições de Laqueur (2001), de que maneira a diferença sexual foi construída historicamente para consolidar a separação dos papéis sociais entre homens e mulheres, naturalizando a associação entre corpo feminino, maternidade e cuidado.

Essa perspectiva, reforçada por discursos científicos e religiosos ao longo dos séculos, continua a operar na contemporaneidade como um mecanismo de regulação e exclusão, sobretudo sobre os corpos das mulheres negras em contextos de vulnerabilidade, como retratado ao longo deste trabalho. Quando atravessamos esse debate com a teoria de Judith Butler (2015), especialmente no que tange aos “quadros de guerra” e à precariedade da vida, percebemos como determinadas maternidades são sistematicamente desautorizadas e desumanizadas.

A maternidade deve ser analisada a partir de uma perspectiva interseccional, como propõem Collins (2019) e hooks (2019), compreendendo as articulações entre gênero, raça e classe como estruturantes das experiências maternas no Brasil. A negligência institucional às mães negras, evidenciada nas altíssimas taxas de mortalidade materna (Martins, 2006; Leal et al., 2017) e na invisibilidade de suas demandas (Nascimento, 2019; Passos, 2023), demonstra a urgência de políticas públicas antirracistas e feministas que não apenas reconheçam essas mulheres, mas garantam seus direitos fundamentais.

As mães negras que perdem seus filhos para a violência do Estado, frequentemente legitimada por narrativas midiáticas e institucionais, veem seus lutos silenciados, seus filhos tratados como corpos descartáveis, e suas dores reduzidas a patologias individuais. A pergunta de Butler “quando uma vida é passível de luto?” encontra uma resolução marcada na realidade brasileira, onde o racismo estrutural decide quais corpos merecem ser chorados, lembrados ou esquecidos.

Contudo, diante desse cenário de apagamento e opressão, emergem estratégias de resistência e potências, onde as mães negras que viveram esse luto, ao nomearem seus filhos, contarem suas histórias e ocuparem espaços públicos com sua dor transformada em denúncia, rompem com os enquadramentos que tentam fixá-las na posição de vítimas silenciosas.

As mães negras enlutadas produzem narrativas que desestabilizam os dispositivos de poder e reconfiguram os sentidos da maternidade, do luto e da justiça, pois suas vozes, ações e afetos constroem práticas de cuidado coletivo, redes de apoio e formas de insurgência que afirmam a vida diante da necropolítica.

Assim, mais do que enfatizar a vulnerabilidade, este trabalho aponta para as potências políticas e subjetivas que emergem do cotidiano de mulheres que resistem. A luta por reconhecimento, justiça e dignidade travada por essas mães é também uma reconfiguração do campo simbólico da maternidade: de um lugar de assujeitamento para um campo de disputa e transformação social.

É, portanto, urgente que a Psicologia, enquanto ciência e prática comprometida com a vida, possa reconhecer essas resistências e contribua, de maneira implicada, para a construção de políticas públicas e intervenções que não apenas acolham o sofrimento, mas também fortaleçam as potências que nascem da dor compartilhada e da luta coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alt, M. S.; Benetti, S. P. C. *Maternidade e depressão: impacto na trajetória de desenvolvimento*. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 2, p. 389–394, abr./jun. 2008.
- Arraes, R. H.; Gomes, I. C.; Campos, E. M. P. *A monoparentalidade por opção e seus aspectos psicossociais: estudo de revisão integrativa*. Revista da SPAGESP, São Paulo, p. 39–54, 2013.
- Ávila, M. B. *Modernidade e cidadania reprodutiva*. In: Hollanda, H. B. (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 163–176.
- Bairros, L. *Mulheres negras, espaços de poder e políticas públicas de saúde: as complexas relações entre gênero, raça, classe e saúde reprodutiva no Brasil*. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, 2002.
- Barsted, L. L. *Legalização e descriminalização: dez anos de luta feminista*. In: Hollanda, H. B. (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 179–212.
- Beraldo, G. S.; Trindade, E. *Novos pais, novos homens? Paternidade e identidade masculina no contexto pós-moderno*. Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 1, n. 2, 2016.
- Botton, A.; Cúnico, S. D.; Barcinski, M.; Strey, M. N. *Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero*. Pensando Famílias, v. 19, Porto Alegre, dez. 2015.
- Bauman, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Cantuário, M. Z. A. M. *A maternidade simbólica na religião afro-brasileira: aspectos socioculturais da mãe-de-santo na Umbanda*. Fortaleza, 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará.
- Cavenaghi, S.; Alves, J. E. D. *Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios*. Estudos sobre Seguros, ed. 32. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Seguros, 2018.
- Cerqueira, D. et al. *Atlas da violência 2017*. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/IPEA, 2017.

Collins, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

Cúnico, S. D.; Arpini, D. M. *Não basta gerar, tem que participar? – Um estudo sobre a ausência paterna*. Psicologia: Ciência e Profissão, 2014.

Cunha, M. S. et al. *Evidências e fatores associados ao fenômeno de adiamento da maternidade no Brasil*. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 39, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/MxVLch4TRsD5VcLs8Xr88bg/?lang=pt>.

Butler, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de S. Lamarão e A. M. da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Fazzioni, N. *Nascer e morrer no Complexo do Alemão: políticas de saúde e arranjos de cuidado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Tese (Doutorado).

Feijó, J. *Mães solo no mercado de trabalho*. FGV IBRE, 2023. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho>.

Fernandes, C. *Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. Tese (Doutorado).

Freitas, R. C. S. *Famílias e violência: reflexões sobre as mães de Acari*. Psicologia USP, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 69–103, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642002000200006>.

Granato, T. M. M.; A. V., T. M. J. *Narrativas interativas sobre o cuidado materno e seus sentidos afetivos-emocionais*. Psicologia Clínica, v. 25, n. 1, p. 17–35, 2013.

Hooks, B. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010: Famílias e Domicílios. Resultados da Amostra*. Rio de Janeiro, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2012: Famílias e Domicílios. Resultados da Amostra*. Rio de Janeiro, 2018.

Laplanche, J.; Pontalis, J. B. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- Laqueur, T. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Tradução de V. Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- Leal, M. C.; Gama, S. G. N.; Pereira, A. P. E.; Pacheco, V. E.; Carmo, C. N.; Santos, R. V. *A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil*. Cadernos de Saúde Pública, 2017.
- Lima, S. J. P.; Feres-Carneiro, T. *Experiência subjetiva no exercício da monoparentalidade*. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 21, n. 2, p. 709–729, ago. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2021.61065>.
- Lima, T. A. A. *A noite não adormece nos olhos das mães solteiras: reflexões sobre a maternidade à luz da vivência de mães solteiras negras de Fortaleza*. UECE, 2018. TCC.
- Mansano, S. R. V. *Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade*. Revista de Psicologia da UNESP, v. 8, n. 2, 2009.
- Marcello, F. A. *Enunciar-se, organizar-se, controlar-se: modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade*. Revista Brasileira de Educação, n. 29, p. 139–151, 2005.
- Martins, A. L. *Mortalidade materna de mulheres negras no Brasil*. Cadernos de Saúde Pública, v. 22, n. 11, p. 2473–2479, nov. 2006.
- Marin, A.; Piccinini, C. A. *Famílias uniparentais: a mãe solteira na literatura*. Psico, v. 40, n. 4, p. 422–429, 2009.
- Mesquita, S. P.; Ramalho, H. M. B. *Trabalho infantil no Brasil urbano: qual a importância da estrutura familiar?* Revista de Economia Contemporânea, v. 19, n. 1, p. 97–134, 2015.
- Mozzaquatro, C. O.; Arpini, D. M. *Planejamento familiar e papéis parentais: o tradicional, a mudança e os novos desafios*. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 37, p. 923–938, 2017.
- Mbembe, A. *Necropolítica*. Tradução de R. Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- Nascimento, B. *A mulher negra e o amor*. In: Hollanda, H. B. (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 265–270.
- Nunes, S. A. *De menina a mulher, impasses da feminilidade na cultura contemporânea*. Revista Filosofia Capital, 2008.

Oliveira, F. O. M. *Percepção de pais sobre a saúde mental dos homens no puerpério*. Seropédica: UFRRJ, 2023. TCC.

Oliveira, T. L. *Mulheres negras e maternidade: um olhar sobre o ciclo gravídico puerperal*. Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 5, n. 4, p. 12–23, 2019.

Passos, R. G. *Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão*. São Paulo: Hucitec, 2023.

Rago, M. *Epistemologia feminista, gênero e história*. In: Hollanda, H. B. (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 371–387.

Ribeiro, D. *Feminismo negro como perspectiva emancipatória*. In: Teles, M. A. A.; Santiago, A. L. G. F. (Orgs.). *Porque a creche é uma luta das mulheres*. São Paulo: João Editores, 2018.

Santiago, V. *A maternidade como resistência à violência de Estado*. Cadernos Pagu, 2019.

Santos, L. M. T. D. *Repercussões da maternidade solitária na insegurança alimentar domiciliar, na saúde mental e na qualidade de vida entre mulheres em situação de pobreza*. Brasília: UnB, 2020. Dissertação (Mestrado).

Silva, F. C. *Maternidade negra em Um defeito de cor: a representação literária como ruptura do nacionalismo*. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, n. 54, p. 245–275, 2018.

Sorj, B. *O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade*. In: Hollanda, H. B. (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Silva, M. E. B. *Violência e vulnerabilização: o cotidiano de jovens negros e negras em periferias de duas capitais brasileiras*. Ciência & Saúde Coletiva, 2024.

Souza, R. G. *Maternidade solitária: relatos de mães solteiras de classes populares*. São Paulo: USP, 2002. Dissertação (Mestrado).

Spaziani, R. B.; Imbrizi, J. M.; Domingues, A. R. *Mulheridades em projetos de extensão na Psicologia*. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 44, 2024.

Stolz, S.; Souza, L. N. *A política pública de creches no Brasil: lutas e resistências em busca da efetivação dos direitos humanos da primeira infância*. InSURgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais, v. 9, n. 2, p. 167–186, jul./dez. 2023.

Zanello, V.; Porto, M. (Orgs.). *Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/publicacoes/livros/page/2/>.

Werneck, J. *Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo*. Revista da ABPN, v. 8, n. 1, p. 123–145, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br>.